



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS – FEAAC

CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

JANE MIQUELINE MAGALHÃES VIEIRA

ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS À UNIVERSIDADE FEDERAL
DO CEARÁ – UM ESTUDO DE CASO

FORTALEZA

2013

JANE MIQUELINE MAGALHÃES VIEIRA

ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ – UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: profa. Joelma Soares da Silva.

FORTALEZA

2013

JANE MIQUELINE MAGALHÃES VIEIRA

ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS À UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ – UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada ao Curso de Secretariado Executivo do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

| | |
|--|-------|
| _____ | Nota |
| Profª Joelma Soares da Silva | _____ |
| Profª Orientadora | |
| _____ | Nota |
| Profº Conceição de Maria Pinheiro Barros | _____ |
| Membro da Banca examinadora | |
| _____ | Nota |
| Profº Juliana Vieira Corrêa Carneiro | _____ |
| Membro da Banca Examinadora | |

À minha família, pelo apoio e paciência, e a minha força de vontade ímpar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que tanto me ajudou nessa caminhada, com total atenção, compreensão e apoio, principalmente nas horas mais difíceis ao longo dessa jornada.

Em especial, à minha querida mãe, que com toda a sua amizade, dedicação e amor, sempre me motivou com mensagens positivas para que eu nunca desanimasse e seguisse em frente. Levarei comigo suas lições e ensinamentos por toda a vida. Amor eterno.

Aos meus queridos irmãos, Betinha e Pedro Felipe, por serem pessoas tão queridas, além de serem grandes amigos para qualquer hora. O carinho e amor que recebo são sempre muito gratificantes, e enchem a minha alma de alegria. Em especial, agradeço a minha irmã por tudo, por todo o companheirismo e dedicação que teve comigo quando mais precisei. Amo vocês.

Ao meu noivo Diogo, que por vezes sacrificou o nosso tempo juntos para que eu me dedicasse a esta pesquisa. Obrigada por todo o carinho, amo estar em sua companhia.

À minha amiga Teresa Raquel, que me ajudou e me guiou sempre que precisei de uma direção, obrigada.

Às pessoas que direto ou indiretamente me pronunciaram palavras amigáveis, positivas e que me deram forças e motivação para o término deste trabalho.

Também quero agradecer a minha orientadora, professora Joelma, que me ajudou nas correções e me orientou no que foi possível. As suas correções foram fundamentais ao término deste trabalho. Muito obrigada.

E, finalmente, agradeço a Deus pela vida, proteção, motivação, amor e oportunidade pois só assim essa caminhada conseguiu ser efetivada.

A persistência é o menor caminho do êxito. (Charles Chaplin)

RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo de caso voltado para a acessibilidade de estudantes surdos à Universidade Federal do Ceará (UFC). O objetivo deste estudo é analisar os meios de acessibilidade ofertados pela UFC aos estudantes surdos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e descritiva. Inicialmente foi feita uma revisão teórica com base em artigos, livros, legislação nacional, entre outros. Em seguida foi feita uma pesquisa de campo por meio de um estudo de caso. Como meio de coleta de dados foi realizada uma observação indireta não participante nos blocos da unidade acadêmica FEAAC; uma entrevista estruturada com a representante da Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui e uma observação como expectadora da Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC (SIA UFC). Os resultados obtidos revelam que a universidade não atende ainda em sua totalidade às expectativas das políticas de acessibilidade, mas que pretende melhorar no atendimento de seus serviços ao longo do tempo, garantindo um ensino de qualidade e acessível a todos.

Palavras-chaves: Acessibilidade, Deficiência Auditiva, Estudantes Surdos.

ABSTRACT

This research is a case study focused on the accessibility of deaf students at the Federal University of Ceará (UFC). The aim of this study is to analyze the means of accessibility offered by the UFC to deaf students. Therefore, we performed a qualitative and descriptive. Initially, we made a theoretical basis for articles, books, legislation, among others. Then we made a field research through a case study. As a means of data collection was performed in the non-participant observation indirect blocks FEAAC academic unit, a structured interview with the representative of the Secretariat's Accessibility UFC and includes a note as spectator Week Inclusion and Accessibility UFC (UFC SIA) . The results show that the university still does not meet in full the expectations of accessibility policies, but you want to improve the care of their services over time, guaranteeing quality education accessible to everyone.

Keywords: Accessibility, Deaf, Deaf Students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1- Bloco Didático I – CAEN - Av. da Universidade, 2700, Benfica..... | 48 |
| Figura 2 - Bloco Didático I – CAEN – Rampa acessível e com sinalização visual..... | 48 |
| Figura 3 - Bloco Didático I – CAEN – Acesso ao estacionamento..... | 48 |
| Figura 4 - Bloco Didático I – CAEN – Vaga de estacionamento com placa sinalizada..... | 49 |
| Figura 5 - Bloco Didático I – CAEN – Escadas de acesso às salas de aula..... | 49 |
| Figura 6 - Bloco Didático I – CAEN – Banheiros convencionais..... | 50 |
| Figura 7 - Bloco Didático II- Av. da Universidade, 2431, Benfica..... | 51 |
| Figura 8 - Bloco Didático II – Rampa acessível com sinalização visual..... | 52 |
| Figura 9 - Bloco Didático II – Rampa acessível sem sinalização visual..... | 52 |
| Figura 10 - Bloco Didático II – Acesso somente pelas escadas..... | 53 |
| Figura 11 - Bloco Didático II – Escadas..... | 53 |
| Figura 12 - Bloco Didático II – Escadas..... | 54 |
| Figura 13 - Bloco Didático II – Acesso somente pelas escadas..... | 54 |
| Figura 14 - Bloco Didático II – Escadas..... | 54 |
| Figura 15 - Bloco Didático II – Auditório Geraldo da Silva Nobre – Andar Térreo..... | 55 |
| Figura 16 - Bloco Didático II – Banheiro acessível - Andar térreo..... | 56 |
| Figura 17 - Bloco Didático II – Telefone público convencional..... | 56 |
| Figura 18 - Bloco Didático III – R. Marechal Deodoro, 400 – Entrada Principal..... | 57 |
| Figura 19 - Bloco Didático III – Rua Confúcio Pamplona – Entrada Secundária..... | 57 |
| Figura 20 - Bloco Didático III – Mini-rampa acessível com sinalização visual..... | 58 |
| Figura 21 - Bloco Didático III – Vaga de estacionamento acessível..... | 58 |
| Figura 22 – Bloco Didático III – 1º elevador – Andar térreo..... | 59 |
| Figura 23 - Bloco Didático III – 2º elevador – Andar térreo..... | 60 |
| Figura 24 - Bloco Didático III - Banheiro acessível - 1º andar..... | 61 |

| | |
|---|----|
| Figura 25 - Bloco Didático III - Banheiro acessível - 2º andar..... | 61 |
| Figura 26 - Bloco Didático III - Banheiro acessível - 3º andar..... | 62 |
| Figura 27 - Bloco Didático III - Banheiro acessível - 4º andar..... | 62 |
| Figura 28 - Bloco Didático III - Banheiro acessível - 5º andar..... | 62 |

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIPD - Ano Internacional da Pessoa Deficiente
ANSI - American National Standards Institute
CAEN – Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES – Instituto Cearense de Educação de Surdos
INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
FEAAC – Faculdade de Economia, administração, Atuária e Contabilidade.
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
NUPER – Núcleo de Pesquisas de Estudos Regionais
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial de Saúde
SIA – Semana de Inclusão e Acessibilidade
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TUP – Telefone de Uso Público
UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. | ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA DEFICIÊNCIA..... | 14 |
| 2.1 | Diversidade..... | 15 |
| 2.2 | Histórico da Deficiência..... | 16 |
| 2.3 | Histórico da Deficiência no Brasil..... | 19 |
| 2.4 | Conceitos e Classificações de Deficiência..... | 21 |
| 2.5 | A Deficiência Auditiva e a Surdez..... | 25 |
| 3. | ACESSIBILIDADE PARA OS DEFICIENTES..... | 31 |
| 3.1 | Aspectos Fundamentais da Acessibilidade..... | 34 |
| 3.2 | Libras: Uma forma de acesso para os Surdos..... | 38 |
| 3.3 | O Intérprete e seu papel fundamental para a comunidade surda..... | 40 |
| 4. | METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 43 |
| 4.1 | Estratégia da Pesquisa..... | 44 |
| 5. | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 47 |
| 5.1 | Estudo Observacional..... | 47 |
| 5.1.1 | <i>Apresentação dos Blocos Didáticos da FEAAC.....</i> | 47 |
| 5.1.2 | <i>Análise dos Blocos Didáticos.....</i> | 63 |
| 5.2 | Semana de Inclusão e Acessibilidade..... | 64 |
| 5.2.1 | <i>Apresentação da Semana de Inclusão e Acessibilidade.....</i> | 64 |
| 5.2.2 | <i>Análise da Semana de Inclusão e Acessibilidade.....</i> | 65 |
| 5.3 | Entrevista..... | 66 |
| 5.3.1 | <i>Análise da Entrevista.....</i> | 70 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 74 |
| | REFERÊNCIAS..... | 76 |
| | APÊNDICE..... | 83 |

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é considerada como objeto de política pública e tem como objetivo principal o atendimento às necessidades de excluídos, inclusive das pessoas com deficiência, no sentido de transmitir a elas uma real segurança de inclusão social a qualquer tipo de ambiente possível, eliminando as barreiras já existentes. Tem também a função de igualar a prestação de serviço que é dado a todos, de uma forma geral, com estas pessoas que necessitam de atendimento prioritário e adequado. A acessibilidade é a possibilidade de qualquer pessoa, independentemente das suas capacidades físicas, culturais ou sociais, ter acesso ao benefício de usufruir de uma vida em sociedade, incluindo serviços e informações, com um mínimo de restrições possíveis (NICHOLL, 2001).

A educação de surdos no Brasil teve seu marco inicial que data da época do governo imperial de D. Pedro II, quando um conde francês chamado Ernest Huet veio ao Brasil a convite do imperador para fundar a primeira escola para meninos surdos. O conde era surdo, e trouxe com ele como material básico de estudo um alfabeto manual francês e alguns sinais, onde ocorreu que em muitas décadas depois, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atualmente conhecido por Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi o primeiro órgão no Brasil a desenvolver trabalhos com surdos e também onde saíram os principais divulgadores da LIBRAS. Já em 1873, foi apresentado pelo aluno surdo Flausino José da Gama, uma combinação de símbolos e imagens de sinais. Assim, a LIBRAS é a mistura da língua de sinais francesa com a antiga língua de sinais brasileira, onde esta última já era usada em várias regiões espalhadas pelo Brasil (MENEZES, 2006, p. 92). Portanto, o Estado brasileiro só teve mudanças importantes tempos depois, a partir da aprovação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que trata da Língua Brasileira de Sinais, onde começou as melhoras educacionais para a educação de surdos.

Portanto, a questão de pesquisa deste trabalho é mostrar como a Universidade Federal do Ceará promove a acessibilidade aos estudantes surdos e com deficiência de uma forma geral.

Em se tratando dos objetivos desta pesquisa, tem-se:

Quanto ao objetivo geral:

- Identificar como se dá o acesso e a permanência dos estudantes surdos ao ensino na UFC.

Quanto aos objetivos específicos:

- I. Identificar as ações desenvolvidas pela UFC para a promoção da acessibilidade aos surdos.
- II. Conhecer como a Universidade prepara seus funcionários para atender estudantes surdos.
- III. Identificar como a UFC promove a acessibilidade para os deficientes.

A presente pesquisa foi organizada em 6 capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo foram destacados, numa visão geral, tópicos sobre a diversidade, a história da deficiência no Brasil e no mundo, e suas políticas públicas, além de dar ênfase ao tópico de deficiência auditiva e surdez. No terceiro capítulo foram apresentados os conceitos, aspectos fundamentais da acessibilidade às pessoas com deficiência de uma forma ampla, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como também os respaldos que tem esses assuntos na legislação brasileira, ressaltando a profissão de tradutor/intérprete e as leis que regem sobre o assunto.

O quarto capítulo foi reservado para a metodologia científica e a estratégia da pesquisa. Posteriormente, no quinto capítulo foi exposta a apresentação da pesquisa e sua análise de dados. E por último, no sexto capítulo serão apresentadas as considerações finais, tais como as referências bibliográficas, que foram pesquisadas durante todo o procedimento de estudo dentro do cronograma, além do apêndice.

2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA DEFICIÊNCIA

Em todas as épocas e localidades, sempre existiram pessoas com algum tipo de deficiência, e a exclusão social dessas pessoas sempre foi uma característica dominante na sociedade. Com o passar dos tempos, as pessoas com deficiência lutaram pelos seus direitos, e mesmo com muitas dificuldades alcançaram algumas vitórias perante o Estado e a sociedade. Atualmente, existem leis que conceitua os tipos de deficiência e fazem valer os direitos desses cidadãos mesmo que de forma lenta.

Segundo o relatório mundial mais recente da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizado em 2011, mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo tem algum tipo de deficiência, e a maioria deles não tem acesso igualitário a diversos fatores sociais, como assistência médica, educação, emprego, e acabam sofrendo a exclusão social da vida cotidiana. Numa comparação feita entre as pessoas que não apresentam nenhuma deficiência com as pessoas com deficiência, estas últimas apresentaram as piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, taxas de pobreza mais elevadas, dentre outros fatores. Isto se deve ao fato das pessoas com deficiência enfrentarem barreiras no acesso à saúde, educação, emprego, transporte, e informação, e essas dificuldades são acentuadas nas comunidades mais pobres (OMS, 2011).

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, constatou-se que cerca de 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o equivalente a aproximadamente 45.623.910 pessoas. Esta pesquisa foi realizada por meio de um questionário de amostra com algumas pessoas que possui deficiência, voltado principalmente para as de tipos permanentes, que são as visuais, auditivas e motoras, sendo relacionado com o seu grau de severidade, além da mental ou intelectual (IBGE, 2010).

Ao longo dos tempos, o conceito sobre deficiência foi se modificando para acompanhar as inovações na área de saúde e também na forma como a sociedade encarava as pessoas com deficiência. Sendo assim, houve uma evolução do modelo médico, que entendia a deficiência como apenas uma patologia física até que o sistema de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), entendeu a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação (CIF, 2011).

As pessoas com deficiência são diferentes e heterogêneas, indo desde uma criança que nasce com uma condição congênita, como a paralisia cerebral manifestando-se no primeiro

mês de vida, até uma doença adquirida ao longo da vida, por um acidente ou doença. Dessa forma, tem-se que a diversidade da deficiência é muito ampla e abrange muitos fatores sociais e ambientais. No item seguinte, será abordado, de uma forma geral, o tema da diversidade.

2.1 Diversidade

A palavra diversidade é definida no dicionário como “diferença, dessemelhança, variedade, divergência, oposição e contradição” (FERREIRA, 2008). Com base nesse contexto, tem-se que a diversidade pode ser entendida como a junção de múltiplas diferenças e valores que são compartilhadas pelas pessoas no âmbito social. Este conceito está relacionado aos diferentes modos de percepção, variedade e está ligada aos conceitos de multiplicidade e pluralidade (OLIVEIRA; SOUZA, 2011).

A diversidade é um tema muito abrangente que aborda desde questões consideradas restritas, que tem a ver com os aspectos de raça, etnia, gênero e outros, até as partes mais amplas que inclui todos, inclusive as diferenças individuais entre as pessoas e os grupos (SAJI, 2005). Nesse campo de estudo, a diversidade é considerada como um produto emergente de um processo histórico de classificação e atribuição de características que distingue pessoas, grupos, comunidades e sociedades e que ofereciam e oferecem a justificativa para suas posições sociais diferenciadas (CARVALHO-FREITAS, 2007).

O conceito de diversidade abrange desde diferenças individuais entre as pessoas até status socioeconômico e gira em torno de uma abordagem ampla, pois envolve uma variedade de aspectos sociais e individuais. A diversidade é definida como,

[...] a representação, em um sistema social, de pessoas com afiliações a grupos claramente diferentes em termos de significado cultural. A questão da diversidade em um contexto de sistema social é caracterizada por um grupo majoritário e por grupos minoritários, isto é, aqueles grupos com menor quantidade de membros representados no sistema social (COX JR, 1994, p. 5).

Na mesma linha de raciocínio, a diversidade é definida como um misto de pessoas com identidades grupais diferentes dentro do mesmo sistema social (NKOMO; COX, 1998).

O significado de diversidade existe através de vários aspectos, entre os citados da autora destacam-se o sexo, a idade, o grau de instrução, o grupo étnico, a religião, a origem, a raça e a língua. Ela define a diversidade como um mix de pessoas diferentes que interagem num mesmo sistema, onde existem grupos relacionados a maioria e a minoria social (FLEURY, 2000).

Os grupos de maioria são formados por membros que obtiveram, historicamente, vantagens em termos de recursos econômicos e de poder em relação aos outros. As características dos “diversos” pela sua representação social como maioria ou minoria, obriga a sociedade a entender melhor o significado das minorias e o seu tratamento pela sociedade, considerando as situações de preconceito e discriminação o foco principal dos programas de gestão da diversidade da força de trabalho (SAJI, 2005). O conceito de diversidade,

inclui todos, não é algo que seja definido apenas por raça ou gênero. É um conceito que engloba a idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, função e personalidade. Inclui, também, estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, tempo de serviço na organização, status de privilégio ou de não-privilégio e administração e não-administração (THOMAS JR, 1991, p. 10)

Portanto, a diversidade pode ser vista sob diversos aspectos, conforme cada situação, ou seja, depende de uma visão e um modo diferente de lidar com tais diferenças.

2.2 Histórico da deficiência

Na antiguidade, os valores sociais eram atribuídos às pessoas por meio das relações econômicas e ao poder que elas possuíam junto a sua comunidade, enquanto que aos demais não cabia esse tipo de valor, sendo estes considerados sub-humanos ou desnecessários. Partindo desse contexto, o mesmo acontecia com as pessoas que apresentavam alguma deficiência e tem-se como exemplo o que acontecia na cidade de Esparta, na Grécia, onde as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas ao relento (PESSOTI, 1984). Nas sociedades primitivas, não ocorria só com os deficientes, mas havia também o abandono de idosos e doentes em lugares perigosos para morrerem debilitados com a falta de alimentos, e também de fraqueza, ou ainda, por agressões de animais selvagens (CARMO, 1991).

Entretanto, existiram sociedades que aceitavam as deficiências de sua comunidade, dando assistência aos deficientes, pois acreditavam que as pessoas com limitações físicas estavam relacionados a fenômenos sobrenaturais. Um exemplo disso tem-se na África, numa região localizada entre o Congo e Sudão, onde existiu uma tribo chamada Azande, que ao invés de eliminar os deficientes, se orgulhavam de quem fosse diferente por acreditarem em feitiçaria, sendo redobrada a atenção dada a estes pelos parentes. Portanto, no sentido geral, entende-se que nas mais diferentes partes do mundo encontraram-se atitudes diversas referentes a pessoas com deficiência, indo desde a aceitação até a completa eliminação.

No período da Idade Média até o século XVIII, as questões a respeito da deficiência eram ligadas ao misticismo, não havendo base científica para o desenvolvimento da realidade

(MAZZOTTA, 1995). A pessoa com deficiência era submetida à superstição e entendida como divina ou diabólica, sendo acolhidas por conventos ou igrejas em troca de serviços prestados à instituição (PESSOTTI, 1984). Assim, mesmo sendo acolhidos por estas instituições religiosas, muitos dos deficientes eram vistos pela população como frutos de uma relação entre a mulher e o diabo, onde dava a Igreja Católica o direito de sentenciar a vida de mãe e filho queimando-os em grandes fogueiras se assim achasse necessário (SCHWARTZMAN, 1999). Entretanto, por muitas vezes, essas práticas de torturas, punições e maus-tratos para com os deficientes era imposta como uma dualidade de sentimentos de caridade e castigo, frutos da influência religiosa (ARANHA, 1995; PESSOTTI, 1984). Na Grécia, a população da época acreditava que as doenças tinham origens demoníacas ou sobrenaturais devido ao comportamento diferente das pessoas com deficiência (PESSOTTI, 1984).

Nessas épocas passadas, os deficientes que sofria impactos relacionados à religião e a ideia de possessão demoníaca eram levados a várias sessões exorcistas (CIDADE; FREITAS, 1997). Sendo assim, houve durante muitos séculos, o predomínio de concepções místicas e distorcidas sobre a população com deficiência, sendo estas vistas como feiticeiras ou loucas, e muitas delas queimadas em fogueiras pelos componentes e dirigentes da Igreja Católica, devido aos valores culturais da época (MAZZOTTA, 1995; PESSOTTI, 1984).

Para Silva (1987), as pessoas com deficiência eram destinadas aos seguintes fins que se baseavam em dois tipos: o primeiro era de eliminação e destruição e o outro de tolerância e apoio. No passado existiram muitos tipos de comportamentos em relação aos deficientes. Analisando o que foi dito pelo autor, percebe-se que apenas dois tipos se destacaram. O primeiro era de rejeição e eliminação a essas pessoas e o segundo era de aceitação e proteção piedosa. No primeiro caso, os deficientes eram vistos como uma espécie negativa para a sociedade, como um fardo social, já que eles não se enquadravam no padrão físico de beleza e força esperado pelos povos da época, sendo assim largados a própria sorte ou assassinados. No segundo caso, eram tidos como excluídos e viviam de esmolas e da boa vontade das pessoas, às margens da sociedade, sendo que neste último caso havia assistência a essas pessoas que necessitavam sobreviver (GUGEL, 2007). Portanto, apesar de serem distintos, entende-se que nos dois casos houve o desrespeito às pessoas com deficiência, pois na época não tinham direitos perante a sociedade.

Em todos os períodos históricos, houve dúvidas a respeito da correta denominação de deficiente. E, a razão disso se dá a partir de cada época, pois os termos eram utilizados de acordo com os valores sociais vigentes vividos naquele momento. E o pensamento a respeito

do deficiente evoluiu conforme a época vivida pela sociedade. Assim, no começo da história, durante vários séculos, os deficientes foram chamados de “inválidos”, sendo considerados inúteis para a sociedade, pois além de serem como fardos para a família e não contribuírem profissionalmente era tido como um peso morto para a sociedade (SASSAKI, 2003).

Até o começo da segunda metade do século XX, o termo que denominava os deficientes, passou de “inválidos” para “incapacitados” ou “incapazes”, pois significava, sucessivamente, indivíduos sem capacidade e posteriormente evoluindo para indivíduos com capacidade reduzida, e também para aquele que não era capaz de fazer coisas comuns dentro da sociedade, no aspecto social, psicológico e profissional (SASSAKI, 2003).

Ainda conforme Sasaki (2003), na segunda metade do século XX, de 1960 a 1980, as pessoas com deficiência física ou intelectuais passaram a ser chamadas de “defeituosas”, sendo este termo usado para abranger todo tipo de deficiência, podendo ser auditiva, visual, física, intelectual ou múltiplo. Em seguida, nas décadas seguintes, foi adotado pelas Constituições federais e estaduais, o termo “pessoa portadora de deficiência”, onde passou a ser incluída nos nomes oficiais das leis e políticas ligadas a área de deficiência.

Até pouco tempo atrás, especificamente no final da década de 80, a palavra “pessoa deficiente” era inaceitável para alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência, pois alegavam que esse termo fazia um comparativo negativo à deficiência no corpo inteiro. Sendo assim, foi proposta uma substituição no termo “pessoa deficiente” para “pessoa portadora de deficiência”. Todavia, este termo foi rejeitado por especialistas no assunto e pelas próprias pessoas com deficiência, pelo fato da palavra ser considerada inadequada e preconceituosa, denegrindo a dignidade do valor da pessoa. Segundo o dicionário, a palavra dignidade significa a consciência do próprio valor, honra modo de proceder que inspira respeito, distinção e amor próprio (HOUAISS, 2004, p. 248).

Atualmente, a expressão “pessoas com deficiência” é o termo geral usado para fazer referência a todos àqueles que apresentam alguma limitação, independentemente dos tipos e características da deficiência. Desta forma, a pessoa que possui qualquer tipo de deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual ficou denominada de “pessoa com deficiência”. A sociedade cria rótulos e ocasiona na diferenciação dos indivíduos (GLAT, 1998).

2.3 Histórico da deficiência no Brasil

Desde os primeiros tempos da história do Brasil, foram feitas associações negativas às pessoas com deficiência, confundindo-as como pessoas doentes. Segundo Silva (1987) em seu comentário sobre a pessoa deficiente, ressalta que os arquivos da história brasileira registram diversas referências às pessoas com limitações, tais como, “aleijados”, “mancos” ou “surdos-mudos”, entre outros. Para tanto, assim como ocorria no continente europeu, as informações ou comentários foram inseridos nos termos relacionado à população pobre e miserável. Contudo, segundo este autor, também ocorreu no Brasil que a pessoa deficiente foi incluída por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis” (SILVA, 1987).

Segundo Figueira (2008), era raro encontrar pessoas com algum tipo de deformação no corpo dentre a população indígena, e quando existiam era resultado das guerras entre os povos ou ataques de animais selvagens. Entretanto, quando as crianças nasciam com algum tipo de deficiência os povos indígenas as sacrificavam ou abandonavam se estas viessem a adquirir limitações físicas ao longo da vida, pois eles acreditavam que os deficientes eram castigo dos deuses, uma espécie de mau sinal. Sendo assim, tratavam desse assunto de forma supersticiosa e apostavam nas crendices como fonte superior de sabedoria (FIGUEIRA, 2008).

Há relatos de historiadores que afirmam possuir registros de várias práticas de exclusão entre os índios. Nesses relatos constam que, quando nascia alguma criança com deformidade no corpo era rejeitada o mais depressa possível, pois acreditavam que trazia maldição para a tribo em que habitavam. Conforme o autor, uma das formas de se livrar das maldições era se livrando dos recém-nascidos com deficiência, onde estes, muitas vezes, eram até mesmo sacrificados em rituais de purificação (FIGUEIRA, 2008).

No período da colonização no Brasil, em que os colonos portugueses chegaram ao litoral, se depararam com as condições climáticas não tão favoráveis a eles, além dos muitos insetos que havia na região, chegando a adquirir doenças físicas e psicológicas, além daquelas que eles já traziam da Europa. Algumas dessas enfermidades de natureza grave, chegou a levá-los a severas limitações físicas ou sensoriais (FIGUEIRA, 2008).

Na época do tráfico negreiro em que as embarcações eram superlotadas e a situação em que os negros africanos se encontravam era desumanas, ocorriam diversas doenças que os incapacitavam físico e mentalmente, tornando-os debilitados para o trabalho pesado na lavoura. Além disso, tinha as deficiências que ocorriam como forma de castigos físicos para

os escravos, onde os senhores de engenhos batiam neles na tentativa de puni-los por causa de algum ato indevido que o mesmo fizesse, amputando seus membros superiores ou inferiores (CARMO, 1991). Como prova de que estes castigos eram aceitos pela sociedade da época, tem-se como documento oficial um alvará de 3 de março de 1741, autorizado pelo rei D. João V, que dava plenos direitos aos senhores de engenho para amputar e castigar os escravos fugitivos, para assim fazer com que os outros negros desistissem de uma posterior suposta fuga. Analisando a história dos deficientes, se nota o desrespeito a que estas pessoas eram expostas e submetidas, não sendo responsáveis pelo seu próprio destino em épocas passadas. Todavia, apesar do preconceito e maus tratos que sofreram, sempre lutaram por direitos iguais perante a sociedade. Segundo Figueira (2008),

se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente - AIPD, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008, p. 115).

O autor destaca ainda, a não facilidade do rompimento com as questões culturais negativas relativas às pessoas com deficiência, tais como o assistencialismo, a piedade e a própria discriminação (FIGUEIRA, 2008).

No que diz respeito à evolução constitucional brasileira, a referência que o texto legal faz sobre as pessoas com deficiência surge a partir da Emenda nº 1 à Constituição de 1967, com a expressão “educação dos excepcionais”. Em seguida, a Emenda nº 12 da mesma Constituição, assegurou às pessoas com deficiência, que estas teriam uma melhoria em sua condição social e econômica, tanto na parte de assistência na vida, quanto no acesso a edifícios e vias públicas. No entanto, depois dessas inovações no cenário brasileiro, só houve mudanças em termos de direitos e garantias voltadas para as pessoas deficientes, a partir da Constituição de 1988.

No Brasil, existem duas normas que possui o status de lei, e que definem a deficiência, são elas: a Convenção nº 159, de 1º de junho de 1983, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que foi promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Ambas as partes definem a deficiência como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que venha a incapacitar a pessoa para o exercício de suas atividades normais da vida e que a pessoa venha a ter dificuldades de se inserir no meio social.

Conforme foi exposto anteriormente sobre as duas Convenções, e a entende-se por “pessoa deficiente” aquela que apresenta uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Embora o Brasil possua leis que garantem o direito de acesso às pessoas com deficiência a todos os tipos de ambientes, sendo considerada uma das mais avançadas do mundo, nem sempre estas leis são cumpridas na prática. Durante muito tempo, os deficientes tiveram que lidar com muitos desafios para serem reconhecidos como cidadãos de direitos e deveres perante a sociedade. E, sendo assim, ao longo dos tempos, as pessoas com deficiência que lutaram pelos seus direitos conseguiram conquistar um espaço importante na vida cotidiana, principalmente devido à Constituição de 1988. Desde então, inúmeras leis vieram estimular a sua inclusão nos diversos meios sociais. A referida Constituição, em alguns artigos, dispõe sobre as questões relacionadas às pessoas com deficiência e define os direitos a serem concretizados em legislações posteriores, começando pelos princípios constitucionais. Portanto, quando se comenta sobre os resultados alcançados e as perspectivas futuras sobre a deficiência, é considerado o fato do avanço que este assunto teve ao longo dos tempos na sociedade brasileira, e o que ainda precisa ser alcançado através dos planos de ações governamentais no que diz respeito à cidadania plena dessas pessoas com limitações físicas ou intelectuais.

2.4 Conceitos e classificações de deficiência

Nos mais diversos períodos históricos como os da Grécia Antiga, Período Clássico, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, foram feitos muitos estudos que relacionavam as pessoas deficientes. E muitos estudiosos tentaram definir um padrão perante a sociedade sobre o que era a deficiência física ou intelectual. Assim, buscaram justificativas para as diversas concepções de deficiência de acordo com a época.

Segundo Carvalho-Freitas (2007), existem algumas concepções a respeito da deficiência que existiu ao longo dos tempos e que permanecem na atualidade. Nas várias interpretações sobre deficiência, foram feitas pesquisas onde foram abordadas algumas análises históricas, sendo elas matrizes de pensamento que moldaram e legitimaram a diferenciação das pessoas com deficiência na sociedade. As concepções de deficiência são modos de pensamentos construídos ao longo do tempo e que oferecem os elementos

utilizados para qualificar as pessoas com deficiência e as justificativas para as ações em relação a elas (CARVALHO-FREITAS, 2007).

Na Grécia Antiga, considerada o berço da civilização, o pensamento era baseado no elemento mítico, pois era a forma como os povos da época encaravam a realidade. Assim, em sua organização social era reforçada a ideia de que o homem tinha que ser forte e belo, com sua capacidade física requerida pela sociedade como forma de sobrevivência. Sendo assim, nessa época, a visão que esses povos tinham sobre os deficientes físicos eram das mais desagradáveis possíveis, pois achavam que a pessoa deficiente dificultava o meio de subsistência da população e pouco contribuía com as guerras e agricultura (PESSOTTI, 1984).

De acordo com Giordano (2000), a análise histórica do conceito de deficiência remete a uma estreita relação entre a concepção do fenômeno e a ação social perante o seu portador. Existem muitas concepções de deficiência, e elas nada mais são do que pensamentos adquiridos ao longo da história.

Outro conceito de deficiência vem da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), onde ela é entendida como uma mudança ou não na estrutura ou função do corpo da pessoa, não estabelecendo uma relação de causa para a sua funcionalidade ou incapacidade. Assim, a incapacidade não é uma consequência da deficiência, apenas o resultado da relação entre a pessoa e o meio-ambiente. De acordo com a CIF, a mesma não tem pretensão alguma em fazer qualquer definição universal do que seja a deficiência, tendo apenas como objetivo unificar, sob um aspecto coerente, as diferentes perspectivas de saúde, tais como, biológica, individual e social (CIF; OMS, 2011).

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981, foi muito importante para as pessoas com deficiência, pois tinha como objetivo criar planos de ação, na tentativa de igualar as oportunidades do deficiente com a pessoa não deficiente, reabilitando-os e prevenindo futuras deficiências (ONU, 1981).

Em termos de definições legais nacionais, o decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, de que trata do apoio às pessoas com deficiência, teve o seu texto atualizado após diversas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) pelo decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e expõe a definição de deficiência, através do artigo 3º, em três partes, são elas:

[...] Art. 3º: I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 2004, p. 5).

Em termos de classificações, no artigo 4º do decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, traz a definição em seus cinco incisos, da pessoa considerada “pessoa portadora de deficiência” e que se enquadra nas seguintes categorias;

Art. 4º: I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho. V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999; 2004, p. 5).

Conforme o decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, a pessoa é considerada com deficiência se ela se enquadrar numa das seguintes categorias: auditiva, física, visual, mental ou múltipla (BRASIL, 2004). Assim, serão detalhados os tipos de deficiência citados e aprofundada apenas a categoria de deficiência auditiva em um tópico mais adiante, pois tem a ver com o assunto principal da presente pesquisa.

a) Deficiência auditiva

Conforme o decreto de nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, inciso II, que trata do apoio às pessoas com deficiência, esse tipo de deficiência acontece devido a uma perda

bilateral, parcial ou total de 41 (quarenta e um) decibéis (dB) ou mais da audição (BRASIL, 1999).

Na maioria das vezes, a deficiência auditiva ocorre de forma genética ou de causas perinatais, que significa em torno do nascimento, pois são experiências relacionadas a todo o processo do nascimento, desde a concepção até o momento imediatamente após o parto, como é o caso da surdez que acontece nos primeiros anos de vida da criança.

Esse tipo de deficiência pode ocorrer também devido a substâncias químicas ingeridas pela gestante durante a gravidez, nocivas à saúde, como também pode ocorrer ao longo da vida por acidentes, doenças, ou lesões traumáticas. Este assunto de deficiência auditiva será explorado mais no item 2.5.

b) Deficiência física

Conforme a redação dada pelo decreto nº 5296/2004, a deficiência física baseia-se na alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo se apresentar sobre várias formas, tais como paraplegia, tetraplegia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, entre outros, com exceção das deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções do indivíduo (BRASIL, 2004).

Sendo assim, a deficiência física é aquela em que a pessoa apresenta uma alteração temporária ou permanente em alguma parte do corpo, vindo a comprometer a sua função física, indo desde uma amputação ou ausência de membros, superiores ou inferiores, a uma tetraplegia, que é a perda total das funções motoras dos braços e pernas do corpo, dentre outras (BRASIL, 2004).

c) Deficiência visual

Segundo a ótica dos decretos nº 3.298 e 5.296, esta deficiência é entendida como uma deficiência que ocorre através da cegueira, ou seja, da baixa visão do olho, que é quando a pessoa mesmo usando óculos, lentes de contato ou implantes de lentes intraoculares, não consegue ter uma visão nítida, que varia entre 0,3 e 0,05 com a melhor correção visual. Também são tidos como deficiência visual, aqueles casos em que a soma do campo visual afetado é igual ou menor que 60°, ou quando qualquer condição anterior ocorre de forma simultânea (BRASIL, 1999; 2004).

d) Deficiência mental ou intelectual

Em Esparta, os deficientes mentais não eram considerados humanos, e a morte, além do abandono, acontecia porque havia leis que garantia esse desfecho (PESSOTTI, 1984).

Conforme a redação dada pelo decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, inciso IV, a deficiência mental acontece quando há certa limitação no funcionamento na mente do ser humano, ficando abaixo da média normal das pessoas. Isso acontece porque há um atraso dessas pessoas em atividades e tarefas diárias, devido as suas próprias limitações intelectuais, ou seja, não conseguem desenvolver habilidades adaptativas, tais como trabalhar, ter discernimento para usufruir de recursos da sociedade para viver de forma normal, necessitando de parentes ou instituições específicas para cuidarem de suas vidas (BRASIL, 2004).

e) Deficiência múltipla

Também conforme o Decreto nº5296/2004, a deficiência múltipla ocorre devido a uma junção de duas ou mais deficiências acumuladas (BRASIL, 2004).

2.5 Deficiência auditiva e surdez

Em meados do século XVI, os surdos eram considerados intelectualmente inferiores, e por esse motivo eram trancados em asilos. Essa ideia começou a ser desfeita quando se percebeu que estes poderiam aprender a se comunicar por língua falada, e não só por língua de sinais (OLIVEIRA, 2007).

Segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, no Brasil cerca de 10 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva. Desse total, cerca de 2 milhões de pessoas apresentam deficiência auditiva severa, sendo 1,7 milhões de pessoas com muita dificuldade de ouvir sons, e aproximadamente 345 mil são surdas. Tem-se ainda que, por volta de 7,5 milhões de pessoas possui alguma dificuldade auditiva. Já segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo. Para alguns membros da comunidade surda, o termo “deficiente auditivo” ou apenas “DA”, como é utilizado pelos surdos em ambientes escolares, tem caráter discriminante por causa da falta de domínio linguístico (FALCÃO, 2010).

O órgão dos sentidos responsável pela audição é a nossa orelha, também chamado de ouvido. A audição faz parte dos cinco sentidos do corpo humano, e o ouvido é responsável pela capacidade de ouvir sons e ruídos. Ele compõe três partes importantes que são fundamentais para o entendimento a respeito do que vem a causar a deficiência auditiva. Os componentes do ouvido se dividem em externo, médio e interno. O externo é aquele que fica na orelha da pessoa ficando visível a todos, sendo nesta parte que as ondas sonoras ficam acumuladas. O ouvido externo é a porta de entrada do som. Nele, há glândulas que produzem cera para a proteção do ouvido, sendo composto pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo (REDONDO; CARVALHO, 2000).

Na parte do ouvido médio, as ondas sonoras são transmitidas aos nervos auditivos. Essa parte é formada por três ossos minúsculos, que são chamados de martelo, bigorna e estribo, pois são parecidos com esses objetos, além da membrana timpânica. Em contato com essa membrana e o ouvido interno, eles transmitem as vibrações sonoras que entram no ouvido externo e devem ser conduzidas até o ouvido interno (REDONDO; CARVALHO 2000).

E por último, o ouvido interno que também é chamado de labirinto, é composto por estruturas compostas de um líquido que aloja as terminações do nervo auditivo. Esta última parte é a mais importante do ouvido, pois é responsável pela percepção auditiva. É nele que se localiza a cóclea, que tem a forma de um caracol. Os sons recebidos na cóclea são transformados em impulsos elétricos que caminham até o cérebro, onde são entendidos pela pessoa (REDONDO; CARVALHO, 2000).

A surdez tem natureza congênita e esta acontece quando a pessoa já nasce surda. Por conta disso, o surdo apresenta dificuldades em aprender a linguagem padrão de sua região, além de não desenvolver uma boa comunicação ao longo da vida por conta disso. A deficiência auditiva também se dá pela falha no sentido da audição, mas diferencia por ser adquirida, seja por meio de lesões ou doenças. Essa falha pode ser de dois tipos, congênita ou adquirida. A congênita é aquela que tem sua fase inicial no período embrionário, devido a um possível erro no processo de separação dos cromossomos, podendo vir a se manifestar ou não. A adquirida é aquela em que o indivíduo nasce perfeito, mas que ao longo da vida, por acidente ou doença, perde a função de alguma parte do corpo. Citando exemplos de deficiência adquirida tem-se a cegueira, amputação de membros, paralisia das pernas, entre outros. O surdo apresenta na percepção sensorial auditiva uma variação indo do parcial até a totalmente surda (FALCÃO, 2010).

A deficiência auditiva é dividida em graus e classifica-se segundo a perda da audição. Segundo o decreto brasileiro nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em redação dada pelo decreto nº 5.296, de 2004, em seu inciso I do artigo 5º, define deficiência auditiva como a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz. A deficiência auditiva é dividida em graus e classifica-se segundo a perda da audição (BRASIL, 1999).

Deficiente auditivo é como se autodenominam alguns surdos que não se consideram totalmente surdos, ou seja, aqueles que apresentam uma perda moderada ou leve do grau da audição. De acordo com o grau de comprometimento da perda auditiva da pessoa, esta acontece por meio de testes onde se obtêm os limiares tonais que são chamados de Audiômetros. Esses limiares correspondem à menor intensidade de som que o indivíduo consegue ouvir.

Para Davis (1970), os níveis de limiares utilizados para caracterizar os graus de severidade da deficiência auditiva podem sofrer algumas variações entre os mais diversos autores como;

I-Audição Normal: Limiares entre 0 à 24 dB nível de audição; II-Deficiência Auditiva Leve: Limiares entre 25 à 40 dB nível de audição; III-Deficiência Auditiva Moderada: Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição; IV-Deficiência Auditiva Severa: Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição; V-Deficiência Auditiva Profunda: Limiares acima de 90 Db.

Entretanto, existe uma classificação quanto ao grau da perda auditiva, avaliada em decibéis. E conforme Ross & Downs (2000):

I-A audição está normal quando há uma diminuição de até 15dB. II-A perda entre 16 e 25 dB, corresponde a deficiência auditiva suave. III- Leve quando a perda varia de 26 a 40 dB.IV-Moderada entre 41 e 55 dB. Moderadamente severa entre 56 e 70 dB. Severa entre 70 e 90 dB.

Sendo assim, os indivíduos com níveis de perda auditiva leve, moderada e severa são chamados de deficientes auditivos, enquanto aqueles com níveis de perda auditiva profunda são chamados de surdos.

De uma forma geral, os surdos ou pessoas com deficiência auditiva enfrentam muitas barreiras no decorrer de suas vidas, pois suas necessidades não são totalmente atendidas devido às limitações impostas pela sociedade no seu dia-a-dia. Em conformidade com os padrões estabelecidos pela American National Standards Institute (ANSI), que é uma organização norte americana com a função de estabelecer e analisar quais normas

desenvolvidas deve virar padrão, a deficiência auditiva é a diferença existente entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora.

Considera-se, em geral a nível padrão, que a audição normal corresponde à habilidade para detecção de sons até 20 dB N.A (decibéis, nível de audição). Onde o Zero audiométrico - 0 dB N.A - refere-se aos valores de níveis de audição que correspondem à média de detecção de sons em várias frequências, por exemplo: 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz, etc. Já para Martinez (2000), a seguinte classificação dos limiares de audição ocorre da seguinte maneira:

Quadro 1 – Classificação da deficiência auditiva

| Limiares tonais* | |
|--|----------------|
| Audição normal | 0 a 15 Db |
| Deficiência auditiva suave | 16 a 25 Db |
| Deficiência auditiva leve | 26 a 40 Db |
| Deficiência auditiva moderada | 41 a 55 dB |
| Deficiência auditiva moderadamente severa | 56 a 70 dB |
| Deficiência auditiva severa | 71 a 90 dB |
| Deficiência auditiva profunda | Acima de 91 dB |
| *Média dos limiares tonais em 500, 1000 e 2000 Hz. | |

Fonte: Martinez (2000).

De maneira geral, em termos médicos, no que se refere ao grau da perda de audição, compreende-se que esta é dividida em quatro modalidades: leve, moderada, severa e a profunda.

Perda auditiva leve

É definida como a incapacidade de ouvir sons abaixo de 30 decibéis. Os discursos podem ser difíceis de ouvir, especialmente se tiver ruídos de fundo. Tem como consequência o impedimento da percepção da palavra, ou seja, a pessoa consegue ouvir, mas de uma forma complicada e dificultosa.

As intervenções indicadas para esse grau de perda auditiva são as próteses, que juntamente com o acompanhamento de profissionais nas dificuldades iniciais, além do apoio

familiar, contribui para a interação e integração da pessoa que possui a dificuldade auditiva perante a sociedade.

Perda auditiva moderada

É a incapacidade de ouvir sons abaixo de 50 decibéis. Faz-se necessário o aparelho ou prótese auditiva. A pessoa nesse nível de perda auditiva tem como consequência uma dificuldade extrema em ouvir algum ruído, ou seja, a palavra tem que ser emitida num tom muito forte.

As intervenções indicadas no tratamento são de ambientes sem ruídos, pistas visuais para melhorar a visualização do ambiente, além das próteses auditivas e o acompanhamento de profissionais especializados.

Perda auditiva severa

É a incapacidade de ouvir sons abaixo de cerca de 80 decibéis. Geralmente, as próteses auditivas são úteis em alguns casos, mas insuficientes em outros. Alguns indivíduos com perda auditiva severa se comunicam principalmente através de linguagem gestual, e outros contam com uso das técnicas de leitura labial. A pessoa com esse nível de perda auditiva tem como consequência a dependência de alguma metodologia usada para o entendimento da linguagem, tais como a língua de sinais, ou seja, para compreender a palavra que está sendo emitida pelo ouvinte, intérprete ou pessoa no mesmo nível de dificuldade que ela.

Tem como intervenções indicadas no tratamento, a orientação especializada e acompanhada por profissionais, permanentemente, além de ambientes específicos para o desenvolvimento da compreensão verbal e a utilização de metodologias usadas para a comunicação.

Perda auditiva profunda

É a ausência da capacidade de ouvir sons abaixo de cerca de 95 decibéis. Ou seja, é utilizado por aqueles indivíduos com perda auditiva profunda que se comunicam através da linguagem gestual, e outros com uso das técnicas de leitura labial. O indivíduo nesse nível de dificuldade auditiva é considerado surdo, e tem como consequência o não aprendizado da fala

e a não percepção da voz. Tem como intervenções indicadas no tratamento, profissionais especializados para a elaboração de uma metodologia específica de comunicação para o aprendizado do indivíduo com o meio social.

No capítulo seguinte será abordada, numa visão ampla, sobre a acessibilidade aos deficientes, e irá falar da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e o que ela representa para a comunidade surda. Também será abordado o papel fundamental do intérprete para os surdos e as leis nacionais que regem o assunto.

3 ACESSIBILIDADE PARA OS DEFICIENTES

O termo acessibilidade, numa visão ampla, significa a possibilidade de pessoas com deficiência ou não, se locomoverem com segurança, autonomia e independência (SILVA, 2010). Com base nesse contexto, significa dizer que a acessibilidade é o meio que facilita o acesso de diferentes grupos sociais a produtos, serviços e espaços físicos, representando o fim de uma barreira efetiva, e dando a ideia de um mundo sem obstáculos para quem precisa se deslocar ou se comunicar com o meio externo. O tema da acessibilidade surgiu como algo indispensável à sociedade, permitindo que todos pudessem desfrutar das mesmas oportunidades, tais como educação, trabalho, moradia, lazer, cultura e tecnologias de informação e comunicação (AMENGUAL, 1994).

A acessibilidade é definida como a possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

Lynch (1981), em um de seus estudos, desenvolveu a chamada “teoria da boa forma”, que resultou em valores ou metas para serem seguidos no processo de desenho urbano, com o objetivo de produzir ambientes urbanos de qualidade. Entre esses valores o acesso foi definido como a possibilidade de alcançar pessoas e todos os lugares do assentamento. De acordo com essa “teoria da boa forma”, a acessibilidade é como uma alternativa de alcance de pessoas e ambientes, e tem o seu significado ampliado no dicionário de urbanismo, em que a chance de acesso se relaciona à perspectiva de oportunidades (LYNCH, 1981). Segundo o entendimento de Guimarães (1999, *apud* PRADO, 2013, p.1):

[...] um ambiente com acessibilidade atende, diferentemente, uma variedade de necessidades dos usuários, tornando possível uma maior autonomia e independência. Entendendo autonomia como a capacidade do indivíduo de desfrutar dos espaços e elementos espontaneamente, segundo sua vontade e independência como a capacidade de usufruir os ambientes, sem precisar de ajuda. Para alcançar essa acessibilidade, devem ser considerados alguns elementos importantes, como a provisão de alternativas para uso pleno do ambiente construído, a adequação e adaptabilidade da estrutura, das instalações e dos maciços e o estímulo à percepção intuitiva das funções ambientais.

A acessibilidade é a qualidade do que é acessível e do que se tem acesso, tendo a possibilidade de adquirir algo (FERREIRA, 2008). A palavra acessível é um adjetivo que dá a ideia de facilitar a obtenção de alguma coisa, ou seja, que fica ao alcance. O termo

acessibilidade expressa possibilidades, alcance de objetivos, cumprimento de metas e justiça social (FERNANDES; ORRICO, 2008).

Conforme a legislação brasileira, toda pessoa têm direito de ter acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, incluindo aquelas que apresentam deficiências ou mobilidade reduzida. Desta maneira, as pessoas devem ser tratadas com igualdade, acarretando assim no reconhecimento e atendimento de suas necessidades específicas (ANDRADE, 2007). A acessibilidade inclui-se no conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm os seus direitos no sentido de ir e vir, assegurados por lei, e que devem ser respeitados (LAMONICA, et al. 2008). No entanto, muitos destes direitos se chocam em barreiras arquitetônicas e sociais (MANZINI, 2003). Sendo assim, a acessibilidade é um direito do cidadão, assegurado por lei, para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social, e que as barreiras arquitetônicas que interferem na vida destes, possam deixá-los a parte da convivência e vida social. (LAMONICA, et al., 2008).

A inclusão relaciona-se com a deficiência a partir de uma perspectiva social. Desta forma, a sociedade tem que ser modificada, com o objetivo de ser acessível a todos (SASSAKI, 1999). Ainda segundo o autor, para que uma sociedade seja denominada acessível a todos é necessário que seja feita uma verificação na adequação de 6 quesitos básicos de acessibilidade na parte arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Esse contexto remete ao acesso a um sistema social sem limitações, seja nos quesitos meio físico, como nas de necessidades básicas (moradia, saúde, educação, transporte e trabalho), ou nos relacionados à vida cultural e social. Assim, essa perspectiva aborda uma vida sem restrições às pessoas com deficiência, com o intuito de que estas desenvolva e efetive a sua cidadania (SUZANO, 2011). De acordo com Sasaki (2009), existem 6 tipos de acessibilidade, são elas;

I-arquitetônica - sem barreiras físicas; II- comunicacional - sem barreiras na comunicação entre pessoas; III- metodológica - sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc; IV- instrumental - sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios etc; V- programática - sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc; e VI- atitudinal - sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência

A acessibilidade relaciona-se com a inclusão social, aonde esta veio como uma alternativa do governo em mudar o quadro histórico referente aos excluídos e discriminados por conta da raça, sexo, idade, cor, orientação sexual e com limitações físicas ou mobilidade

reduzida, tendo como exemplos os idosos, negros e deficientes, que sofreram ao longo dos tempos muitas desigualdades sociais. No contexto da deficiência, a ideia central da inclusão social é que todos devem se adaptar às pessoas com deficiência para poder incluir em seus sistemas pessoas que se encontram excluídas, e estas se sintam preparadas para assumir seus papéis na sociedade, construindo os novos espaços coletivos no qual elas fazem parte (SASSAKI, 2002). A inclusão existe porque tem uma pequena parte da população que sofre com ela, ou seja, tem a ver com a exclusão social dessa parcela de pessoas do meio em que vivem, pois estas não têm as mesmas oportunidades que as outras consideradas normais dentro de um padrão de requisito estabelecido de uma forma geral. Assim, ela foi introduzida nos meios sociais através de um processo de conquistas referente aos direitos dos excluídos. Para Sasaki (2009), a inclusão é,

[...] como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Ainda segundo o autor, a acessibilidade é,

uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for ou tiver sido projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (SASSAKI, 2009).

Portanto, o processo de inclusão geral é resultante da interação de fatores individuais e do meio onde as reações coletivas dependem das características primárias das deficiências como dos aspectos estruturais e conjunturais da sociedade (OMOTE, 1994).

No século XX, especificamente na década de 1990, a acessibilidade começou a atingir a universalidade do desenho arquitetônico, padronizando o que fosse construído a partir de então, com o intuito de incluir e igualar os mesmos direitos para todos, inclusive para os deficientes. Isso se deu com a mudança nos meios de transporte, nas rampas criadas como alternativa para as escadarias dos prédios, entre outros. Nessa época surgiu o conceito de desenho universal, que tinha como ideia principal projetar ambientes, meios de transporte e utensílios para todos, ampliando o conceito de acessibilidade para abranger as dimensões arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais etc (SASSAKI, 2009). Todavia, com a fase da inclusão social, entende-se que a acessibilidade não foi só arquitetônica, pois houve uma série de avanços e modificações no cenário brasileiro.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio, o projeto que ficou conhecido por Projeto NBR 9050. Este projeto, NBR 9050/2004, define a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Sendo assim, a partir dessa norma foram estabelecidos critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ABNT, 2004).

Em termos legais, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, trata da integração social das pessoas com deficiência e está sob supervisão da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Esta Lei, em seu artigo 1º e parágrafo 2º, garante às pessoas com deficiência, que as necessárias ações governamentais sejam cumpridas para que se possa afastar as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie relacionada a elas (BRASIL, 1989).

Essa política de integração social a favor desse público também tem respaldo no decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e tem como objetivo assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. Posteriormente, o referido decreto foi alterado pelo decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que trata da acessibilidade, e a partir daí foi garantida uma melhoria nos direitos das pessoas com limitações, dando a estas uma independência maior de ir e vir nas vias públicas (BRASIL, 2004).

Este último decreto nº 5.296/2004, visa à acessibilidade das pessoas com deficiência de uma forma geral, bem como aos surdos e deficientes auditivos, para que no Brasil sejam minimizadas ou quebradas as várias barreiras na parte da comunicação que existe entre eles. Portanto, o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, sendo eles físicos, culturais ou sociais são indispensáveis para que a política de inclusão funcione adequadamente em benefício desse público (BRASIL, 2004).

3.1 Aspectos fundamentais da acessibilidade

Os aspectos fundamentais referentes à acessibilidade se dão através de uma série de fatores sociais, que se encontram nas mais diversas áreas e tem como base o texto constitucional, onde através dele são ditadas todas as normas que regem a sociedade. A

acessibilidade é a possibilidade de ir a algum lugar, influenciando os valores fundamentais, ofertando os mais diferentes tipos de oportunidades, tais como emprego, lazer, entre outros (CHOAY, 1994).

O direito fundamental à acessibilidade se faz presente na atualidade em vários países do mundo, tais como Argentina, Colômbia, entre outros, e também no Brasil, pois conforme várias discussões de como melhorar e integrar as pessoas com deficiência na sociedade, o ordenamento jurídico brasileiro e de outros países tem buscado elaborar projetos sociais juntamente com instituições e empresas privadas com o intuito de beneficiar essas pessoas com limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, e contribuir para que a acessibilidade seja de fato utilizada por todos que dela necessitem.

Para que o surdo exerça o pleno exercício de cidadania que ele tem direito, se faz necessária uma boa acessibilidade na comunicação. Isso é fator importantíssimo como também contribui para uma melhor integração e inclusão do mesmo nos diversos ambientes sociais. Assim para atender às necessidades de acessibilidade na comunicação dos surdos é imprescindível que políticas de inclusão sejam ampliadas e se faça presente no dia-a-dia dessa comunidade para que estes possam viver com mais independência e autonomia dentro da sociedade.

Na legislação brasileira, existem alguns termos legais, referentes ao acesso de deficientes às vias e espaços públicos, que, de uma forma em geral, fala sobre a acessibilidade, isso está disposto no decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e também na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2004). Conforme Lima (2006), do ponto de vista das técnicas de engenharia e arquitetura, as condições para assegurar a acessibilidade encontram-se descritas em muitas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), são elas:

- a) NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- b) NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência;
- c) NBR 14020 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso;
- d) NBR 14021 - Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;
- e) NBR 14022 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência em Ônibus e Trólebus para Atendimento Urbano e Intermunicipal;
- f) NBR 14273 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial;
- g) NBR 15250 - Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário (ABNT, 2004; LIMA, 2006).

Desta forma, as normas em destaque se encontram disponibilizadas na internet para acesso amplo e irrestrito por qualquer cidadão interessado, bem como por órgãos públicos que manifestarem interesse (LIMA, 2006).

Outro aspecto essencial da acessibilidade tem-se na redação dada pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, onde tem como objetivo geral, a diminuição das barreiras e obstáculos tanto nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma dos edifícios, quanto nos meios de transporte e comunicação. Ainda conforme esta Lei, no que se refere à acessibilidade, disposto no artigo 2º, inciso I, esta é definida como:

a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 2).

A acessibilidade é um direito de todos garantido e assistido pela Constituição Federal de 1988, inclusive aos deficientes, com o intuito de melhorar o acesso das pessoas com limitações físicas ou psicológicas, a bens, serviços e oportunidades que o cidadão comum considerado normal perante a lei possui em seu dia a dia na sociedade. O termo acessibilidade tem um significado muito amplo, sendo um atributo indispensável, pois permite que todos tenham direitos a oportunidades dentro de sua comunidade.

Nicholl (2001) define a acessibilidade como à possibilidade de qualquer pessoa usufruir de benefícios que a sociedade oferece, incluindo o uso de produtos e serviços com o mínimo de restrições possíveis, independentemente das suas capacidades físico-motoras, culturais ou sociais. Outro autor ressalta que a acessibilidade deveria ser o tópico principal de uma medida de qualidade de vida (HANSON, 1995).

Conforme consta na Constituição Federal de 1988, os diversos artigos que expõe sobre os direitos da pessoa com deficiência tratam de princípios básicos direcionados a estes cidadãos. O princípio da acessibilidade é um direito dos cidadãos em geral, pois não se limita aos direitos humanos ou apenas a inclusão social das pessoas com deficiência, mas também as das pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e outras pessoas em situação parecida, respeitando a participação delas como parte da população que ao longo da história brasileira constroem o país (BRASIL, 1988).

Portanto, para atender o princípio da igualdade, que está exposto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, toda pessoa tem o direito de ir e vir, e fazer tudo que a lei não proíbe (BRASIL, 1988). Desta forma, é fundamental que a pessoa com deficiência possa

viver da forma mais independente possível, e para que isso aconteça é preciso que a arquitetura dos ambientes públicos seja acessível e adequada a todos.

Como um dos principais aspectos fundamentais da acessibilidade tem-se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que tem respaldo na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que tem como objetivo diminuir as barreiras existentes entre a comunicação das pessoas surdas e com deficiência auditiva com o meio social em que vivem. Desta forma, foram aprovadas leis que garantiram esse acontecimento, uma delas foi através da criação da profissão de intérprete nas instituições públicas (BRASIL, 2002).

A profissão de intérprete é recente e tem respaldo na Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), fazendo com que o acesso ao conhecimento dessa língua de sinais fique acessível às pessoas que dela necessitam para ter uma boa comunicação (BRASIL, 2010).

Em termos legais, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a LIBRAS, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Ainda conforme essa lei, em seu parágrafo único do artigo 1º, diz que a LIBRAS é,

a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p.23).

E as fontes de acessibilidade para os surdos e deficientes auditivos não se resume a apenas a língua de sinais, existem outras fontes acessíveis a esse público-alvo, tais como a acessibilidade digital, que é utilizada a partir de softwares/programas inteligentes com o objetivo de facilitar a interação destas pessoas com o computador, através de tecnologias assistivas. Estas tecnologias são ferramentas ou recursos utilizados com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência. Sendo assim, foram criados diversos programas com o intuito de minimizar barreiras para as pessoas com deficiência, quando estas tentarem se atualizar através da mídia digital, se incluindo no meio social e procurando assuntos de seu interesse na internet.

Como exemplo de um programa de sucesso realizado no Brasil tem-se o Dicionário de Libras na internet, realizado pelo Projeto Acesso Brasil. Este dicionário é uma ferramenta financiada pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Coordenadoria Nacional de Deficiência (CORDE), para facilitar a interação do cidadão surdo ou com problemas auditivos à mídia digital, fazendo estes interagir com o seu meio social através da acessibilidade digital. O

dicionário dispõe de uma série de palavras que são traduzidas do português para a língua de sinais, através de um vídeo feito por um intérprete/tradutor.

Outra fonte de acesso fundamental voltado para esse público-alvo é através do *software*/programa conhecido por “Mãos que Falam”, uma ferramenta digital que transforma textos, imagens e arquivos de áudio do português para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Este *software*/programa que traduz a Língua Brasileira do mundo digital para os surdos através da língua de sinais beneficia muitos cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, que buscam a interação com o mundo através do acesso digital. É um projeto recente e ainda está em sua primeira etapa do programa, mas que promete alavancar futuramente devido aos benefícios que traz para esse público. Para Ronaldo Tenório, um dos organizadores do projeto, o programa tem como objetivo dar suporte para os surdos, deficientes auditivos, analfabetos ou não, que não entendem bem o português, já que possuem dificuldades no aprendizado por muitos deles terem a língua de sinais como sua primeira língua. Segundo ele, ainda existe um percentual elevado de surdos que não entende bem o português e que, por diferentes motivos, abandonou a escola sem uma alfabetização completa. Portanto, o programa pretende facilitar a compreensão desta língua para estas pessoas, bem como dar a elas um meio de acesso digital.

3.2 Libras: um dos caminhos para a acessibilidade dos surdos

LIBRAS é a sigla utilizada pela Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua natural dos surdos, pois facilita na comunicação entre eles. A LIBRAS é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo, usada pela comunidade surda brasileira. Ao contrário do que muitos pensam, a LIBRAS não se baseia apenas em expressões gestuais ou com mímicas, ou seja, se trata de uma língua que possui modalidade visual-espacial (QUADROS, 2004).

Para Quadros (2004), a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a LIBRAS, representa uma conquista inigualável em todo o processo dos movimentos sociais dos surdos e tem consequências extremamente favoráveis para o reconhecimento do profissional intérprete de língua de sinais no Brasil. Ainda segundo a autora, além desta lei, destacam-se outras leis que dizem respeito a atuação do intérprete de língua de sinais direta ou indiretamente, são as seguintes;

1-Lei 10.098/00 (Lei da acessibilidade); 2- Lei 10.172/01 (Lei do Plano Nacional de Educação); 3- Resolução MEC/CNE: 02/2001 (Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica); 4- Portaria 3284/2003 que substituiu a Portaria 1679/99 - acessibilidade à Educação Superior (QUADROS, 2004, p. 17).

Utiliza-se constantemente na língua de sinais, os movimentos das mãos, rosto e corpo. E os parâmetros utilizados para que essas expressões ocorram baseiam-se em 5 diferentes tipos de sinais, são eles: configuração das mãos, pontos de articulação, movimentos, expressão facial ou corporal e a orientação e direção. De uma forma geral, são formas utilizadas pelos movimentos do corpo para expressar uma ideia, palavra ou determinado assunto. A língua de sinais e a falada compartilham propriedades abstratas, mas diferem radicalmente em sua forma externa. As línguas faladas são codificadas em mudanças acústico-temporais variações do som no tempo. As línguas de sinais são baseadas em mudanças visuo-espaciais para assinalar contrastes linguísticos (HICKOK; BELLUGI; KLIMA, 1998).

Em termos legais, a LIBRAS tem garantia na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, onde é reconhecida como um meio legal de comunicação e expressão, além de outros recursos a ela associados. A LIBRAS possui estrutura gramatical própria e constitui um sistema linguístico de natureza visual-motora que transmite ideias e fatos que são oriundos de comunidades de pessoas surdas (BRASIL, 2002).

Segundo o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que trata da LIBRAS, em seu capítulo IV, do artigo 14º ao 16º, dispõe sobre o uso e difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação. No artigo 14º do referido decreto, diz em seu texto que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas, obrigatoriamente, o acesso à comunicação, à educação e à informação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até ao ensino superior. Conforme o decreto exposto acima é considerado pessoa surda ou com deficiência auditiva aquela que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da LIBRAS (BRASIL, 2005).

A língua de sinais, que trata de uma modalidade visual-espacial, difere da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, por ter seus meios de comunicações usados de forma oposta. Enquanto o surdo necessita ver a expressão para entender a informação que está sendo passada, a pessoa que não tem nenhum tipo de problema auditivo precisa ouvir a informação para entender o que foi dito. Para que essa comunicação com o surdo ocorra, tem que ter pessoas especializadas no assunto para que a conversa possa fluir normalmente, e isso se dá através do intérprete da língua de sinais, que

estuda essa língua na tentativa de amenizar os obstáculos referentes ao processo de comunicação das pessoas surdas com os ouvintes. Segundo a comunidade surda, ouvinte é aquele que ouve um discurso falado por outra pessoa, diferentemente do surdo que precisa visualizar a informação para que possa entender o que lhe foi passado.

3.3 O Intérprete e seu papel fundamental para a comunidade surda

A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS, fala em seu texto como este profissional deve exercer a atividade e expõe os requisitos necessários para que o mesmo aconteça. Desta forma, para que o tradutor/intérprete possa exercer sua profissão, ele tem que ter como requisito básico o nível médio e o certificado de curso profissionalizante, além de possuir um requisito de extensão para a universidade, promovida por meio de instituição de ensino superior ou entidade credenciada por secretarias de educação (BRASIL, 2010). A formação de tradutor e intérprete de LIBRAS pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições citadas acima (BRASIL, 2010).

O intérprete/tradutor de libras é o profissional responsável por interpretar e traduzir a mensagem de uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas diferentes. Esse profissional tem a função de intermediar a interação de comunicação entre a pessoa surda e aquela que não utiliza a LIBRAS, que no caso é o ouvinte. Esse intermediador profissional, precisa organizar todas as informações passadas pelo surdo, com base nas suas competências, para poder transmiti-las aos ouvintes na língua de sinais. Segundo o dicionário enciclopédico de Libras, o tradutor-intérprete é aquela pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ou escrito (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2009).

Nos mais diversos tipos de discursos existentes, no qual o tradutor/intérprete é exposto para a realização de suas tarefas, torna-se imprescindível que ele busque meios criativos para a interação com o surdo e o ouvinte, no sentido de expor objetivamente o que foi dito por este ou aquele. Para tanto, diante de uma situação de interpretação simultânea, existe a preocupação com a compreensão de ambos, surdos e ouvintes, no sentido de que estes entendam o que está sendo passado para eles no momento e que seja suprida de forma adequada e suficiente, apesar da tradução nunca ser exatamente igual ao discurso original. De acordo com Quadros (2004, p. 73),

traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma língua viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito.

Cada língua possui a sua formação e estrutura gramatical, e justifica a não universalidade da língua de sinais (PEREIRA; VIEIRA, 2006). Portanto, numa visão ampla do assunto, entende-se que a língua de sinais não é universal, pois cada país tem a sua própria, variando de acordo com a cultura regional de cada Estado Soberano. Ou seja, existem as expressões gestuais regionalistas da língua de sinais e que são entendidas somente por membros dessa região, sendo diferentes em outros lugares.

Numa comparação entre os surdos e os falantes de línguas orais de diferentes países, tem-se que a comunicação entre os surdos é de aprendizado mais rápido e melhor através da língua de sinais, sem muito esforço, se comparados aos falantes de línguas orais que necessitam de maior dedicação para o domínio de uma nova língua, qualquer que seja ela (SANTOS; DIAS, 1999). Segundo Quadros (2004), as competências de um profissional tradutor/intérprete são apresentadas diante de seis categorias para a análise do processo de interpretação, sendo elas;

1-Competência linguística – habilidade de entender o objeto da linguagem usada em todas as suas nuances e expressá-las corretamente, fluentemente e claramente a mesma informação na língua alvo, ter habilidade para distinguir as ideias secundárias e determinar os elos que determinam a coesão do discurso. 2- Competência para transferência – Essa competência envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo, sem distorções, adições ou omissão, sem influência da língua fonte para a língua alvo. 3- Competência metodológica – habilidade em usar diferentes modos de interpretação, para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso e para recordar itens lexicais e terminologias. 4- Competência na área- conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada. 5- Competência bi cultural- conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo. 6- Competência técnica – habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar (QUADROS, 2004, p. 73).

Para Quadros (2004), o profissional tradutor/intérprete é aquele que domina a língua de sinais e a língua falada do país, sendo este qualificado para desempenhar as funções de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Também se faz necessário que este domine outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana, para que possa fazer a interpretação destes idiomas para a língua brasileira de sinais ou vice-versa, no caso de uma conferência internacional,

por exemplo. Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ainda ter qualificação específica para atuar como tradutor/intérprete. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação (QUADROS, 2004).

Portanto, partindo dessas considerações, entende-se que o profissional tradutor/intérprete precisa usar sempre a imparcialidade diante das interpretações entre surdos e ouvintes, e que só dominar a língua de sinais não garante uma boa interpretação, tendo ele que dominar todas essas competências citadas acima para que a realização de seu trabalho seja eficiente e eficaz.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia vem do grego “meta” e significa o estudo dos caminhos e instrumentos usados para se fazer uma pesquisa científica de forma eficiente (DEMO, 1996, p. 7). Para Bruyne (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em seu desenvolvimento. Já para Freitas e Prodanov (2013), a metodologia aplica-se a procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Portanto, ela estuda e analisa os diferentes métodos e técnicas de pesquisa disponíveis, verificando onde serão utilizados. Conforme Strauss e Corbin (1998), o método de pesquisa são procedimentos e técnicas utilizadas para se coletar e analisar os dados. Segundo Demo (1996, p. 34),

a pesquisa é como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático.

Para Gil (1991) a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Desta forma, a pesquisa é como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

A forma de abordagem do problema escolhido para a pesquisa foi o qualitativo, que é aquele que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, onde tem o aspecto de uma amostra significativa representativa de toda uma categoria estudada, ou seja, suas informações não são quantificáveis. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada (MINAYO, 1993). Assim, ela procura a raiz do problema que se propõe a estudar, e se aprofunda em causas e efeitos sobre os sujeitos que vivenciam a situação pesquisada (LIMA; COSTA, 2005). Segundo Silva e Menezes (2000, p. 20), a pesquisa qualitativa,

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A presente pesquisa quanto aos seus objetivos é classificada em pesquisa descritiva, onde este tipo de estudo tem como meta principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre as variáveis. Assim, é realizado o estudo, a análise, a interpretação dos fatos e o registro, tudo isso sem ter a interferência do pesquisador, ou seja, a finalidade é analisar os fatos sem entrar na parte do conteúdo. Sendo assim, o pesquisador deverá descobrir a frequência em que os fatos acontecem ou como funciona o sistema ou método. Nestas pesquisas são utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário (GIL, 1991). Já conforme Mattar (1999), as pesquisas descritivas possuem grande número de métodos de coleta de dados que abrange entrevistas, questionários pessoais e observação.

Outro método adotado para a presente pesquisa foi a entrevista, que consiste numa conversa face a face, através da qual se busca obter informações sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 1996). A entrevista é uma coleta de informações sobre determinado tema científico, ou seja, é uma conversa a dois, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações relacionadas a um objeto de pesquisa (MINAYO, 1993).

Em relação aos procedimentos técnicos para esse estudo, estes foram divididos em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso e observacional. Na pesquisa bibliográfica, esta é elaborada a partir de um material já publicado, e constitui principalmente de livros, artigos, e material disponibilizado na internet. A pesquisa documental é realizada através de diversas fontes como decretos, leis, entre outros. O estudo de caso é aquele que envolve o estudo profundo e exaustivo de objetos onde é permitido o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 1991). Já na pesquisa observacional, os estudos são realizados pelo pesquisador (observador) onde este apenas observa a ocorrência dos eventos sobre os sujeitos da pesquisa de forma passiva. Assim, a pesquisa será descritiva quando o observador apenas descrever os fatos ocorridos, e será analítica, quando o observador testar hipóteses ou estabelecer associações (PEREIRA, 2000).

No tópico seguinte 4.1, será abordada a estratégia da pesquisa, ou seja, o método utilizado para a realização do estudo de caso.

4.1 Estratégia da Pesquisa

Como estratégia para levantar dados sobre o estudo de caso, foi feita uma pesquisa de campo, onde esta foi realizada em três etapas: um estudo observacional indireto não participante nos blocos didáticos da Faculdade de Economia, Administração, Atuárias,

Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças (FEAAC) com base no decreto nº 5296, de 2 dezembro de 2004, que trata da acessibilidade de uma forma geral; uma entrevista estruturada individual com a representante da Secretaria de Acessibilidade da UFC Inclui por meio de um questionário direcionado sobre o tema da acessibilidade dos estudantes surdos à UFC; e uma observação como expectadora da Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC (SIA UFC).

A pesquisa de campo tem como objetivo conseguir informações acerca de um problema para o qual se procura uma resposta. Consiste na observação de fatos tal como ocorrem, na coleta dos dados necessários e no registro de informações (RUIZ, 1991). O estudo de caso é uma investigação, um método que abrange tudo, como planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos (YIN, 2005). O estudo observacional é aquele que acontece quando o pesquisador anota dados e extrai informações, mas faz o possível para não influenciar na ocorrência do fenômeno (JUNG, 2003). Segundo Duarte (2006), a entrevista individual,

é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não quantificação ou representação estatística (DUARTE, 2006, p. 62).

Esse estudo de caso foi voltado para a acessibilidade de pessoas com deficiência à UFC, de uma forma geral, focando na parte dos estudantes surdos. No estudo observacional, a pesquisa foi feita numa visita aos blocos didáticos da FEAAC, que se localiza no Campus do Benfica, no dia 12 de julho às 15 horas da tarde, com o objetivo de verificar as principais barreiras de acessibilidade destas edificações e identificar se elas estão prontas para atender às pessoas com deficiência no âmbito geral. Os equipamentos utilizados para a coleta de dados desta observação foi um bloco de notas para rascunhos e uma máquina fotográfica para o registro de imagens das barreiras existentes ou não nestas edificações.

Quanto à entrevista, esta foi aplicada na Secretaria de Acessibilidade da UFC Inclui, que juntamente com a equipe de professores, intérpretes e bolsistas, trabalham no sentido de ampliar as melhorias para as pessoas com deficiência nas unidades acadêmicas da UFC, aprimorando os serviços e beneficiando todos que necessite da secretaria por algum motivo. Os equipamentos utilizados na entrevista para coletar os dados foram gravador de voz e bloco de notas para rascunho de informações.

A Semana de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFC foi realizada no período de 3 a 8 de junho de 2013, no campus do Benfica, e a análise desse evento foi por meio de um estudo observacional feito como expectadora em participações de cursos, e sessão de cinema com audiodescrição e/ou legendagem, como também por meio de pesquisa na internet sobre o evento. O instrumento para a coleta de dados utilizado foi bloco de notas para anotações.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os pontos principais da pesquisa, pois consta da análise do estudo de caso realizado na UFC. Este estudo se deu através de um estudo observacional por meio de visitas realizadas aos blocos didáticos da FEAAC para averiguar a questão da acessibilidade nessas edificações; uma observação feita como expectadora da Semana de Inclusão e Acessibilidade que ocorreu na UFC; e uma entrevista feita à representante da Secretaria de Acessibilidade da UFC Inluc para pesquisar sobre a questão da acessibilidade dos surdos e pessoas com deficiência, de uma forma geral, à Universidade.

5.1 Estudo Observacional

O estudo observacional indireto e não participante foi realizado nas 3 unidades acadêmicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças (FEAAC) para averiguar as irregularidades ou não nessas edificações quanto a questão da acessibilidade, voltadas para as pessoas com deficiência no sentido geral; e também na Semana de Inclusão e Acessibilidade que ocorreu na UFC. A observação indireta acontece quando o registro é feito por meios eletrônicos, fotográficos ou mecânico (COOPER; SCHINDLER, 2003). E quanto à observação não participante, esta acontece quando o observador não se integra a comunidade observada, ou seja, acontece quando o investigador não interage com o objeto de estudo no momento em que realiza a observação (CARMO; FERREIRA, 1998).

5.1.1 Apresentação dos Blocos Didáticos da FEAAC

Bloco Didático I - CAEN – Prédio de Pós-Graduação em Economia – Ligado à FEAAC

O prédio de Pós-Graduação em Economia da UFC, mais conhecido por CAEN, é um prédio que teve seu início na década de 1960, portanto um prédio antigo, que tem ligação com a FEAAC por ser um centro de pós-graduação voltado para a Economia. Ele está localizado na Avenida da Universidade, nº 2700, no 2º andar do Campus do Benfica.



Figura 1 – Bloco Didático I - CAEN – Av. da Universidade, nº 2700.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Assim, como a criação desta edificação tem mais de 40 anos e o decreto nº 5296 de acessibilidade foi criado em 2004, o prédio teve que passar por algumas reformas e estas foram feitas apenas na parte do andar térreo com rampas de acesso e sinalizações visuais expostas nelas e nos estacionamentos aos arredores da edificação.



Figura 2 – Entrada ao CAEN – Rampa acessível com sinalização visual.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 3 - Bloco Didático I - CAEN – Acesso ao estacionamento.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 4 – Bloco Didático I – CAEN - Vaga de estacionamento com placa sinalizada.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Citando um exemplo sobre barreiras arquitetônicas tem-se que, o aluno que for cadeirante ou que possuir alguma deficiência física ou que apresente qualquer dificuldade para subir escadas, então este não poderá assistir aula nesse prédio, pois o mesmo não foi adaptado com elevadores e as aulas são ministradas no 2º andar, além de não possuir banheiros acessíveis.



Figura 5 – Bloco Didático I - CAEN – Escadas de acesso às salas de aula.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 6 – Bloco Didático I - CAEN - Banheiros convencionais.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Portanto, para que a questão da acessibilidade seja respeitada nessa edificação é necessário que sejam feitas reformas no ambiente, no sentido de adaptar o prédio às normas de acessibilidade para atender a todos e também alunos com deficiência no sentido geral, melhorando no quesito da responsabilidade social e dando um serviço acessível e de qualidade a todos. Ou ainda, como solução urgente desse problema, uma dica seria a mudança para um novo prédio e as aulas de pós-graduação transferidas para um ambiente acessível a todos.

Conforme o que foi dito acima sobre o direito de acesso das pessoas com deficiência às salas de aula por exemplo, tem base no artigo 24º do decreto nº 5296, de 2004, e diz que;

nos estabelecimentos de ensino público ou privado deve oferecer necessárias condições de acesso às pessoas com deficiência para a utilização de todos os ambientes, tais como salas de aula, bibliotecas, auditórios, entre outros. Assim, estas instituições de ensino devem cumprir as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística, na parte de comunicação e de informação previsto por este decreto e pelas normas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2004, p. 5).

Portanto, conforme o assunto de acessibilidade que tem respaldo no decreto nº 5296/2004, conclui-se que no Bloco Didático I – CAEN da FEAAC, possui ainda muitas pendências referentes à barreiras arquitetônicas, pois estas ainda precisam de muitas reformas para serem eliminadas.

Bloco Didático II da FEAAC

O Bloco Didático II da FEAAC, onde está situado atualmente o Departamento de Economia e Contábeis e suas respectivas graduações, localiza-se na Avenida da Universidade, nº 2431, no Campus do Benfica. Foi fundado em 1938, bem antes do decreto nº 5296, de 2004, que trata da acessibilidade entrar em vigor. Este decreto também dita regras juntamente com as normas técnicas da ABNT/9050 sobre a correta padronização nas edificações para ser acessíveis a todos. Assim, como este prédio antigo já existia na época em que foi criada a lei de acessibilidade, e naquele tempo a preocupação da universidade não era voltada para a eliminação das barreiras arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, foi necessária fazer algumas adaptações e outras ainda estão para serem feitas.



Figura 7- Bloco Didático II – Av. da Universidade, 2431, Benfica.
Fonte: Site Portal da FEAAC.

Algumas das mudanças e reformas feitas no Bloco Didático II da FEAAC foram em relação à adaptação de rampas acessíveis na entrada e no interior da edificação para melhorar o deslocamento das pessoas com deficiência, cadeirantes ou com mobilidade reduzida dentro do prédio, e também foram implantadas sinalizações visuais no estacionamento. Essas rampas e sinalizações visuais com imagens estão de acordo com o artigo 15º da lei de acessibilidade nº 5296/2004, e com as normas técnicas da ABNT.



Figura 8 – Bloco Didático II – Rampa acessível com sinalização visual.
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura 9 – Bloco Didático II – Rampa acessível sem sinalização visual.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Segundo o art. 8º do decreto nº 5296/2004, que dispõe das condições gerais de acessibilidade, este diz que as barreiras de edificações são aquelas existentes aos arredores e nos interiores dos prédios de uso público e coletivo (BRASIL, 2004). Já quanto as barreiras nas comunicações e informações são qualquer obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Ainda conforme o mesmo decreto exposto anteriormente, na parte que trata das reformas nas edificações antigas, estas deveriam ocorrer num período de 30 a 48 meses após a publicação deste decreto, ou seja, entre dois anos e meio a quatro anos, o que de fato não ocorreu na UFC, pois elas aconteceram tempos depois e não foi capaz de conseguir atender a tudo que estava previsto na lei de acessibilidade. Citando um exemplo desse prédio antigo de graduação da FEAAC, tem-se que nele não foram construídos elevadores, dificultando o

acesso a outros andares da instituição e comprometendo o deslocamento das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para assistir aulas ou mesmo para atender uma necessidade pessoal no prédio. Com base no que foi dito anteriormente, têm-se o artigo 27º do decreto nº 5296/2004, onde este trata,

da instalação de elevadores ou adaptações nas edificações de uso público ou de uso coletivo, e diz que no caso de instalações de elevadores novos ou na troca dos já existentes, deve haver pelo menos um deles com cabine de acesso e movimentação cômoda e independente para o livre acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, p. 5).



Figura 10 – Bloco Didático II – Acesso somente pelas escadas.
Fonte: Pesquisa de Campo.

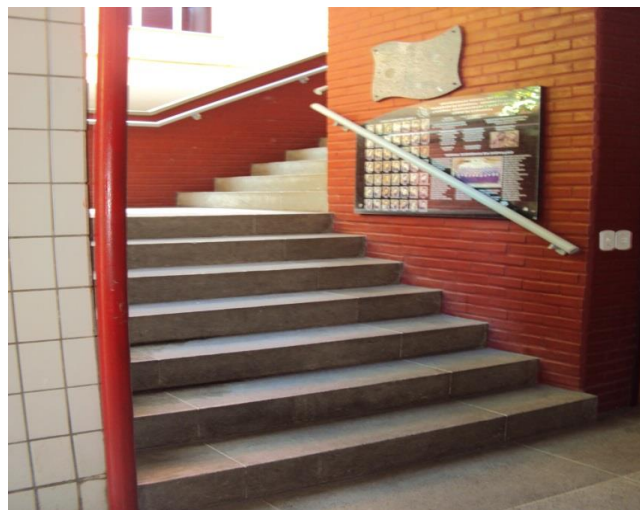


Figura 11 – Bloco Didático II – Escadas.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 12 – Bloco Didático II - Escadas.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 13 - Bloco Didático II – Acesso somente pelas escadas.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 14 - Bloco Didático II da FEAAC – Escadas.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Na reforma desse prédio antigo da FEAAC, o Bloco Didático II, foi construído um auditório novo no andar térreo e que mostra-se acessível à pessoas com deficiência de uma forma geral, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, mas que não é tão espaçoso quanto deveria ser no caso de supostas emergências. Quanto o auditório antigo, este localiza-se no 1º andar e não é acessível para pessoas com deficiência física ou cadeirantes, pois não possui elevador no prédio. No artigo 23º do decreto nº 5296/2004, trata de locais tais como auditórios, salas de conferências, ginásios de esportes, entre outros, e diz em seu texto que;

esses lugares que atende uma grande quantidade de pessoas deve estar localizado em andares acessíveis, como por exemplo nos térreos dos prédios, além de reservar pelo menos 2% da lotação desses estabelecimentos para cadeirantes, distribuídos por locais diversos e com boa visibilidade, próximos de corredores e sinalizados corretamente para evitar áreas lotadas pelo público e o bloqueio nas saídas, pois é obrigatório as rotas de fugas e saídas de emergências acessíveis (BRASIL, 2004, p. 5).



Figura 15 – Bloco Didático II – Auditório Geraldo da Silva Nobre – Andar Térreo.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Ainda nesse prédio antigo, foi constatado outro desacordo com o decreto referido acima, pois o texto legal diz que numa edificação pública com mais de um andar deve ter pelo menos um banheiro acessível em cada pavimentação, ou seja, em cada andar deve existir um banheiro que seja acessível aos deficientes. E no caso desse prédio, só existe um banheiro acessível que fica no andar térreo, para ambos os sexos, e que se localiza ao lado do banheiro feminino e próximo aos bebedouros. Talvez ainda não existam banheiros acessíveis neste prédio antigo nos andares acima por causa da falta de elevadores nessa edificação. No artigo 22º do mesmo decreto, nº 5296/2004 que trata da construção, ampliação ou reforma de prédios de uso público ou coletivo, diz que;

estas edificações devem disponibilizar de sanitários acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nos prédios já existentes, este decreto deu prazos para que fossem realizadas as devidas modificações, tais como garantir pelo menos um banheiro acessível por andar para pessoas com deficiência física ou cadeirantes. Já nos prédios a serem construídos, os sanitários acessíveis às pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, devem ter no mínimo uma cabine para cada sexo e em cada andar da edificação, com entrada independente dos banheiros de uso coletivo, obedecendo sempre as normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2004, p. 5).



Figura 16 – Bloco Didático II – Banheiro acessível. Andar térreo.
Fonte: Pesquisa de Campo.

No art. 6º, do parágrafo 4º, do mesmo decreto, diz que nas instituições, empresas e órgãos deve possuir pelo menos um telefone de atendimento adaptado para a comunicação de pessoas com deficiência auditiva ou surda (BRASIL, 2004). Quanto ao uso de telefone público adaptado para deficientes auditivos ou surdos, constatou-se que não existe este tipo serviço de autoatendimento voltado para os surdos ou deficientes auditivos na UFC, até porque não tem demanda para isso, talvez futuramente com a entrada de alunos surdos a universidade se programe para esse tipo de serviço. Estes aparelhos telefônicos adaptados, tem respaldo no mesmo decreto referido acima, nº 5296/2004, no art. 16º, parágrafo 2º, pois fala das condições específicas e das características necessárias da instalação de mobiliário urbano, e diz que,

deve ser garantido às pessoas com deficiência, atendendo as normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o uso de Telefones de Uso Público (TUPs) por pessoas com deficiência auditiva ou surdas, o qual obriga a instalação de pelo menos 2% desses telefones com as adaptações necessárias para a comunicação desse público-alvo (BRASIL, 2004, p. 5).



Figura 17 – Bloco Didático II – Telefone público convencional.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Portanto, percebe-se que o Bloco Didático II da FEAAC mesmo tendo passado por algumas reformas em seu prédio, este ainda tem que se adaptar com algumas questões relacionadas à acessibilidade.

Bloco Didático III da FEAAC

O novo prédio da FEAAC localiza-se na rua Marechal Deodoro, nº 400, no Campus do Benfica, e fica próximo ao antigo prédio de graduação da FEAAC. O prédio começou a funcionar em setembro de 2012, e como não teve que passar por reformas por não ser uma edificação antiga, este foi adaptado conforme o decreto nº 5296, de 2004, que trata da acessibilidade de uma forma geral.



Figura 18 – Bloco Didático III – Rua Marechal Deodoro, 400 – Entrada Principal.
Fonte: Internet.



Figura 19 – Bloco Didático III – Rua Confúcio Pamplona. Entrada Secundária.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Neste nove prédio da FEAAC, possui um amplo auditório, todo adaptado para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e que fica no andar térreo da edificação para garantir o perfeito acesso a todos. Assim, quanto à questão da acessibilidade do auditório, este atende os quesitos da lei de acessibilidade tanto na parte do decreto exposto acima, quanto das normas técnicas da ABNT. As mini-rampas acessíveis nas entradas desse prédio são adequadas ao trânsito livre de pessoas que dela necessitem, e prontas para serem utilizadas, além de estarem de acordo com a lei de acessibilidade. O novo prédio possui ainda 1 vaga de estacionamento voltado para as pessoas com deficiência. Com base no que foi exposto acima sobre as rampas acessíveis, tem-se no artigo 15º do mesmo decreto, que as exigências das normas técnicas da ABNT devem ser cumpridas, e as adaptações para a circulação de pedestres como o rebaixamento de calçadas com rampas acessíveis ou a elevação das vias para a travessia de pedestres em nível devem ser adaptadas imediatamente nas edificações de uso público e coletivo (BRASIL, 2004).



Figura 20 – Bloco Didático III – Mini-rampa acessível com sinalização visual.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 21 – Bloco Didático III – Vaga de Estacionamento acessível.
Fonte: Pesquisa de Campo.

No artigo 16º do decreto nº 5296/2004, quanto as características do desenho e a instalação do mobiliário urbano, este diz que deve ser garantida a aproximação segura e o uso por pessoa portadora de deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação, o alcance visual e manual para as pessoas portadoras de deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e também a circulação livre de barreiras, sempre atendendo às condições estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Ainda nesse mesmo artigo, incluem-se nessas condições estabelecidas acima, os elementos de sinalização, luminosos e outros elementos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres (BRASIL, 2004).

Conforme o decreto nº 5294/2004, o desenho significa a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. E mobiliário urbano significa o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, e quaisquer outros de natureza análoga (BRASIL, 2004).

Também é oferecido nesta edificação 2 elevadores com alertas sonoros, onde a voz eletrônica programada neles serve para indicar as paradas nos andares para beneficiar pessoas

com problemas visuais, por exemplo. Como base no que foi exposto neste artigo 15º, tem-se que, quanto ao planejamento e urbanização de espaços públicos,

as exigências das normas técnicas da ABNT devem ser cumpridas, e se inclui nessa condição estabelecida a construção de calçadas ou adaptações para a circulação de pedestres, o rebaixamento de calçadas com rampas acessíveis ou a elevação das vias para a travessia de pedestres em nível, a instalação de piso tátil, além da sinalização de alerta para o bom entendimento do público em geral (BRASIL, 2004, p. 5).



Figura 22 – Bloco Didático III – 1º Elevador. Andar térreo.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 23 – Bloco Didático III – 2º elevador. Andar térreo.
Fonte: Pesquisa de Campo.

O Bloco Didático III da FEAAC possui ainda muitas sinalizações visuais por todo o edifício e em todos os andares, para beneficiar um aluno surdo a se deslocar dentro da

edificação, por exemplo. Quanto aos banheiros deste edifício, estes são acessíveis e em cada pavimentação existe 1 acessível e disponível para o uso daqueles que necessitam utilizá-los, apenas não está totalmente de acordo com a lei de acessibilidade porque nela diz em seu artigo 22º do mesmo decreto citado anteriormente que,

em prédios de uso público ou coletivo, devem ser disponibilizados no mínimo uma cabine para cada sexo e em cada andar da edificação, com entrada independente dos banheiros de uso coletivo, obedecendo sempre as normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2004, p.5).

Ou seja, como o prédio é recente e foi criado a partir de 2004 e conforme a lei de acessibilidade, este deveria atender a todos os requisitos que o decreto exige, e nesse caso em especial, ele deveria ter 2 banheiros acessíveis por andar sendo um para cada sexo. No entanto, apesar de tê-los em todos os andares só possui 1 banheiro acessível tanto para o feminino quanto para o masculino.



Figura 24 – Bloco Didático III – Banheiro acessível no 1º andar.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 25 – Bloco Didático III – Banheiro acessível no 2º andar.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 26 – Bloco Didático III da FEAAC – Banheiro acessível no 3º andar.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 27 – Bloco Didático III – Banheiro acessível no 4º andar.
Fonte: Pesquisa de Campo.



Figura 28 – Bloco Didático III – Banheiro acessível no 5º andar.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Outro ponto importante a ser questionado sobre o Bloco didático III da FEAAC é quanto à biblioteca, que não só lá neste prédio como em todas as outras bibliotecas da UFC,

ainda não possuem software/programas inteligentes e adaptados para deficientes auditivos ou surdos para funcionar através de tecnologias assistivas voltadas para este público. Como exemplo de *software* que faz esse tipo de serviço, tem-se o “Mãos que Falam”, que é uma ferramenta digital que transforma textos, imagens e arquivos de áudio do português para a LIBRAS, beneficiando o acesso de alunos surdos a estas unidades de pesquisa como também à acessibilidade digital.

Sendo assim, conforme a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui, já existe projetos arquitetônicos, comunicacionais e atitudinais no sentido de minimizar as barreiras que existem atualmente nestes ambientes da universidade de uma forma ampla.

5.1.2 Análise dos blocos didáticos da FEAAC

Leva-se em consideração nesta pesquisa que as barreiras existentes na UFC não são só físico-arquitetônicas, mas também atitudinais, tecnológicas e pedagógica, pois uma vez que o decreto de acessibilidade foi publicado em 2004 e quase uma década depois a universidade ainda está adaptando os prédios antigos para receber as pessoas com deficiência auditiva, por exemplo, então cabe a comunidade acadêmica se perguntar o porquê disso e buscar melhorias para essa questão da acessibilidade.

Quanto à análise do CAEN, o Bloco Didático I, este encontra sérios problemas quanto a questão da acessibilidade arquitetônica, pois é um prédio antigo e na época de sua construção não se pensava na questão da acessibilidade. Sendo assim, este só foi adaptado com mini rampas acessíveis e sinalizações visuais nas entradas do edifício. O prédio não tem capacidade de atender nenhum cadeirante, pessoa com deficiência física ou qualquer outra que tenha limitações de mobilidade.

Analisando o antigo prédio de graduação da FEAAC, o Bloco Didático II, percebe-se que este precisa fazer ainda muitas adaptações em seu edifício para ficar de acordo com as normas técnicas da ABNT e também com o decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, que trata da acessibilidade e dá prazos para que os ambientes e espaços públicos cumpram o que foi estabelecido na lei. No que se refere às rampas de acesso com sinalizações visuais nas entradas deste prédio, tem-se a confirmação de que elas estão adequadas e atendem ao que foi estabelecido na lei de acessibilidade. Já quanto aos elevadores e banheiros acessíveis em cada andar da edificação, confirmou-se que está totalmente em desacordo com a lei de acessibilidade, pois o mesmo possui apenas 1 banheiro acessível em todo o prédio,

localizando-se no andar térreo. Quando aconteceu a reforma desse prédio antigo foi construído um auditório novo que se mostra acessível à pessoas com deficiência de uma forma geral, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, mas que não é tão espaçoso quanto deveria ser no caso de supostas emergências.

Já analisando o novo prédio da FEAAC, o Bloco Didático III, este se encontra de acordo quanto à questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência de uma forma geral, pois apresenta muitas sinalizações visuais com imagens, 2 elevadores disponíveis, rampas e vaga de estacionamento acessíveis. Entretanto, apenas não está de acordo quanto ao fato de ter apenas um banheiro acessível em cada andar, onde o ideal conforme a lei seria um banheiro acessível para cada sexo em cada pavimentação do prédio.

Portanto, quanto ao contexto físico-arquitetônico, a UFC precisa fazer sérias adaptações em seus prédios da FEAAC o quanto antes, pois conforme o decreto nº 5296 de 2004 que trata da acessibilidade no sentido geral, e também conforme as normas técnicas da ABNT, estas reformas já deveria ter sido realizadas e estarem de acordo com o texto legal. Percebeu-se que existe a necessidade de eliminar as barreiras existentes nos espaços públicos da Universidade de uma forma geral, como também nos edifícios antigos da UFC, para assim aumentar o livre acesso de pessoas com deficiência e ampliar os seus direitos como cidadãos.

5.2 Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC

5.2.1 Apresentação da Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC

A Secretaria de Acessibilidade da UFC Inclui apoiou e participou da Semana de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (SIA UFC), onde as oficinas e minicursos ofertados eram voltados para as pessoas com deficiência de uma forma geral. Fizeram parte desse evento, os bolsistas, que fazem parte da equipe desta Secretaria onde alguns deles também são deficientes, além de alunos do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES), e quem tivesse interesse no assunto da acessibilidade e quisesse participar do evento.

A SIA UFC foi realizada no período de 3 a 8 de junho de 2013, no campus do Benfica, que vinculada ao Programa Educação Inclusiva e Acessibilidade (PROEXT/MEC) foram responsáveis pela semana agradável e produtiva para as pessoas que participaram do evento.

O Programa Educação Inclusiva e Acessibilidade (PROEXT/MEC), promove ações de pessoas com deficiência visual, motora e auditiva, visando à acessibilidade pedagógica,

atitudinal e físico-arquitetônica, focando em tecnologias assistivas. Esse programa é vinculado a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inclui e contou com a participação de pessoas das mais diversas nas atividades do evento, incluindo, promovendo arte e ensinamento, além de divulgar o trabalho feito por esta secretaria, engrandecendo a Universidade na questão da acessibilidade para todos.

Portanto, essa SIA UFC foi aberta ao público e todos que quisessem participar eram só fazer a inscrição pelo portal da UFC no site. O evento contou com minicursos voltados para beneficiar as pessoas com deficiências, passeio ao Museu de Arte da UFC (MAUC), oficinas de aprendizagem e entretenimento, entre outros e buscou a inclusão e integração das pessoas que participaram do evento com a universidade, sendo estes alunos ou não.

5.2.2 Análise da Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC

Analisando a Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC (SIA UFC) percebe-se que esta foi um evento que contou com a presença de pessoas das mais diversas, mesmo sendo voltado para as pessoas com deficiência.

Os cursos ofertados eram para ensinar deficientes visuais como também qualquer pessoa que tivesse interesse em aprender a manusear computadores com a ajuda de dois softwares/programas: o NVDA, que é um sistema feito para ler em voz alta tudo que o cursor do mouse aponta na tela, e o DOSVOX, que é um sistema que se comunica com o usuário por meio de uma síntese de voz. E este se diferencia do NVDA porque ao invés de simplesmente ler o que está escrito na tela, ele estabelece uma interação com o usuário através de programas específicos e interfaces adaptativas. E através desses softwares também foi oferecido o curso de acesso ao facebook.

A SIA UFC também ofereceu campeonato de xadrez e vários tipos de oficinas, entre elas havia a de desenho, a de auto-retrato com surdos, de judô, entre outras. Teve também uma sessão de cinema com audiodescrição e legendagem que aconteceu no Núcleo de Pesquisas e Estudos Regionais da UFC. O filme era brasileiro e o título do filme era “Se eu fosse você”, a sessão teve a duração de mais de uma hora. O áudio com narração descritiva era para beneficiar o participante com deficiência visual e a legenda em português era para o benefício de participantes surdos ou com deficiência auditiva. Mas, o detalhe importante que ocorreu foi que mesmo tendo a legenda no filme, esta não foi muito bem compreendida pelos alunos do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) que estavam presentes no evento, pois estes necessitavam que a professora de LIBRAS do ICES traduzissem certos momentos

no filme e isso não ocorreu durante todo o tempo. No final da sessão de cinema, foram feitas críticas e sugestões da professora de LIBRAS do ICES para a equipe da SIA UFC, onde ela apontou a dificuldade que os surdos tinham de ler em português, uma vez que eles tinham a LIBRAS como a sua primeira língua, sendo que algum deles nem tem esse domínio da LIBRAS ainda, e deu sugestões para melhorar a Semana de Inclusão e Acessibilidade nos anos seguintes. Uma das sugestões dada pela professora do ICES para os próximos eventos foi colocar um filme com uma duração menor, de no máximo 30 minutos, e também com um intérprete no canto direito inferior da tela traduzindo do português para a LIBRAS para ajudar os alunos a terem uma maior compreensão do que será passado no filme.

Portanto, sobre o que ocorreu na Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC percebe-se que esta foi realizada com o objetivo de proporcionar às pessoas com deficiência uma semana agradável e acessível a todos, com cursos, oficinas, sessão de cinema, passeios e também para integrar essas pessoas com a Universidade, proporcionando a elas aprendizagem e entretenimento. No entanto, a SIA UFC ainda está dando os seus primeiros passos rumo a um serviço de acessibilidade a todos, e conforme a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui, tudo é feito a partir da demanda de alunos com deficiência que ingressam na Universidade e procuram a Secretaria para a resolução de algum problema.

5.3 Entrevista

A entrevista aconteceu na Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui, no dia 15 de julho de 2013, às 10 horas da manhã. Teve uma duração de 25 minutos e foi feita através de um questionário com perguntas abertas, que são aquelas que detalham o assunto, facilitando no levantamento de um determinado fato ou contexto. Esta Secretaria está vinculada ao gabinete do Reitor e instalada no andar térreo da Biblioteca do Centro de Humanidades, no Campus do Benfica, onde o atendimento ao público é feito de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e das 14h às 18h. Nessa entrevista abordaram-se vários pontos importantes relacionadas à acessibilidade na UFC de uma forma geral, como também as ações e políticas de inclusão voltadas para a promoção e permanência das pessoas com deficiência auditiva ou surdas na universidade. Foi abordado também os principais aspectos relacionados a quantidade de alunos que existe atualmente na UFC com algum tipo de deficiência, os desafios que a universidade enfrenta para promover a acessibilidade, e a tentativa de mudar as barreiras já existentes. As perguntas e respostas serão abordadas logo em seguida no tópico abaixo.

1. A Universidade Federal do Ceará (UFC) possui uma política própria oficializada de inclusão de grupos sociais, deficientes e surdos (alunos)?

Tem, desde 2010 quando foi criada a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui, já foi com a proposta de definir políticas de inclusão na UFC. E a política de inclusão abrange três segmentos, a de professores, servidores, técnico-administrativos, alunos e também pensando nas pessoas que vem de fora e que usufrui dos serviços em que a UFC trabalha. Então, a UFC tem uma política de acessibilidade, e temos uma cartilha no site, no portal da UFC. A política é voltada para todos os segmentos e também trabalhamos para atender as várias dimensões de acessibilidade, desde a relativa à atitudes, questões arquitetônicas, acessibilidade física, pedagógica e tecnológica, de acesso ao conhecimento e que abrange todas as dimensões.

2. Quais ações são desenvolvidas atualmente para a inclusão de alunos surdos na UFC?

Na verdade, nós temos poucos alunos surdos até agora. Temos o registro de 3 alunos com deficiência auditiva e que nunca procuraram a secretaria de acessibilidade. Acredito que seja porque eles não têm surdez propriamente dita, devem usar aparelhos ou leitura labial. Mas a partir de agosto do próximo semestre, teremos 10 alunos surdos que vão entrar no curso de Licenciatura Letras/Libras. Então, para esses alunos o que vamos oferecer é garantir que o curso seja bilíngue, com curso em LIBRAS, com professores concursados que sabem a língua de sinais. Como a turma é de ouvintes e de surdos, teremos uma formação bilíngue e sempre um intérprete mediando às interações. Quando o professor for ouvinte, vai falar em português e o intérprete irá transmitir para os alunos em Libras e vice-versa. Então, para esses alunos surdos as ações vão ser adotadas a partir do dia 22 de agosto, que será quando eles estarão entrando na universidade.

3. Em quais áreas/setores/níveis a UFC possui intérpretes de LIBRAS? Possui professores? Possui servidores técnico-administrativos?

Nós temos 3 professores surdos e eles estão lotados na Faculdade de Educação. Eles ministram a disciplina de LIBRAS para Licenciatura. E temos um servidor surdo que está lotado na Pró-Reitoria de Planejamento. Então, a Secretaria de Acessibilidade oferece e dá suporte com intérpretes para esses professores e servidores quando eles precisam. Quando tem seminários, reuniões, eles demandam/pedem um intérprete. E para os professores, os intérpretes estão sempre muito presentes, porque tem momentos que na disciplina de LIBRAS, principalmente no começo da disciplina que eles precisam dos intérpretes para dar orientações, fazer traduções de uma palestra, um tema específico que eles não possam entender em LIBRAS. E nesse caso quando os professores são surdos são os alunos que precisam de um intérprete.

4. Existe alguma campanha motivacional interna/externa voltada para a aceitabilidade do surdo por parte da comunidade acadêmica?

Não só do surdo. Nós estamos planejando agora junto com a Coordenadoria de Comunicação e Marketing da UFC, e está quase fechada uma campanha interna desse tipo na universidade. Será uma campanha de divulgação, informação, de convite, para que as pessoas se envolvam nessas questões da inclusão de pessoas

com deficiência e não só dos surdos, no aspecto geral. E isso vai ser desencadeado agora a partir de agosto.

5. Quais os principais desafios enfrentados pela UFC na promoção da inclusão?

Se tomarmos as várias dimensões, podemos começar pelas questões ligadas aos aspectos de atitude, o modo como as pessoas lidam com as pessoas com deficiência e como respeitam ou não aquilo que é definido dentro da política de acessibilidade. Por exemplo, o uso dos espaços, reserva do estacionamento, hoje ainda tem gente que não respeita e para o carro na vaga de deficientes e sem precisar, então, isso é coisa relativa à atitude. E também convivemos com muitos desafios e dificuldades quanto as pessoas, professores e servidores, que não sabem lidar com as pessoas com deficiência, não sabem como agir, referir ou ajudar. Essas pessoas não tem conhecimento de lidar com as pessoas com deficiência porque não tem experiência, informação ou mesmo muitas vezes porque não tem interesse. Mas eu acredito, aposto mais naquela ideia de não ter muita habilidade para lidar com deficiência porque não conhece, não sabe como oferecer ajuda, enfim, deve ser por causa de falta de informações a respeito do assunto. Por isso essa campanha é importante para dar essas informações. Então a UFC tem desafios relativos à atitude, e grandes desafios relativos à acessibilidade arquitetônica, pois a universidade tem prédios muito antigos, que na época que foram construídos há mais de 50 anos atrás, não se pensava nessas questões de acessibilidade. A acessibilidade é um debate muito recente, de uma década. Então, a UFC tem muitas demandas de adaptações físicas ainda para serem cumpridas. Mas no ano passado, em 2012, foi elaborado um plano grande de acessibilidade nos prédios da UFC, aqui na capital, e esse plano já começa a ser executado a partir do Campus do Pici, que é onde se tem mais dificuldades porque os prédios são muito afastados uns dos outros e não tem rotas de acessibilidade de um prédio pro outro. O aluno está no prédio de aula e quer ir à coordenação e não tem como, então todas essas questões ligadas à acessibilidade arquitetônica está sendo trabalhada e já vai começar a partir do Pici. Já está em licitação, o dinheiro, o recurso já chegou, e este é um recurso do Ministério da Educação (MEC). Então temos grandes desafios nessa área e também nos processos pedagógicos de ensinamentos de aprendizagem. Por exemplo, um aluno cego tem determinadas dificuldades em algumas disciplinas e o professor não sabe como lidar com ele, então fica difícil o acesso do aluno naquela disciplina. A UFC não tem um modelo, tudo é feito a partir de caso, então daí é feito um levantamento. Basicamente nessas 3 dimensões, atitudinal, arquitetônica e pedagógica é que são mais gritantes.

6. A UFC promove alguma capacitação para os professores, para que possam atender um aluno surdo?

Não, ainda não, estamos fazendo a partir das demandas. Eu digo um não, mas não é totalmente verdade, pois todos os seminários e eventos de gestão que é oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação ou pela Reitoria de Administração Superior da UFC, a Secretaria de Acessibilidade está presente em todos e participa informando, promovendo rodas de conversa, divulgando, tirando dúvidas, dando diretrizes, e estabelecendo contatos para ir informando. Agora não tem ação para fazer um seminário para professores e nem queremos fazer isso, pois numa campanha dessa todos que se mobilizem e a partir das demandas apareçam por conta própria. E as coisas acontecem muito a partir do aluno ou do servidor. O aluno quando precisa atender a uma determinada situação dele, ele vem na secretaria e diz que está com dificuldade e que vai trancar a matrícula, daí tentamos resolver a situação dele.

7. A UFC promove alguma capacitação para os servidores?

Sim, já oferecemos cursos de LIBRAS para os servidores. No ano passado foi oferecido a eles um curso de 180 horas de LIBRAS, que já dá um bom conhecimento da língua, não se torna proficiente mas já dá para se comunicar. Nós tivemos nesse curso bibliotecários, servidores, técnico-administrativos e pessoas interessadas. E esse ano a partir do dia 22 de agosto vai começar um outro curso de LIBRAS também para servidores, dado também como capacitação. E estamos em fase de organização, pois em agosto irá começar um curso que não é um curso, vamos pensar como seminários, módulos de atendimento de capacitação por segmentos. E vamos fazer um módulo preparando para acessibilidade, vigias, porteiros e pessoal do serviço. Também faremos módulos voltados para outros segmentos e isso está sendo organizado entre nós da Secretaria de Acessibilidade e a Pró-Reitoria da Gestão de Pessoas. Então tanto esse curso de LIBRAS quanto esse de capacitação da acessibilidade está sendo planejado e articulado. Não sabemos como vamos fazer isso envolvendo os professores, mas certamente iremos encontrar um modo de ir chegando, porque com o professor é mais difícil e não dá para agregar determinado horário, pois não sabemos como fazer e vamos pelas periferias das coisas, pela demanda do aluno. Pro servidor não, se vai ter um curso de LIBRAS e este acontecer nas terças e quintas à tarde, por exemplo, o gestor libera para o servidor fazer o curso, mas com o professor é mais difícil.

8. A UFC promove alguma capacitação para os alunos que possuem deficiência?

Promove sim. Aqui na Secretaria já promovemos várias oficinas de capacitação. Por exemplo, para que os cegos aprendam a utilizar às tecnologias assistivas, a UFC oferece recursos de softwares. Alguns alunos cegos chegaram na UFC sem saber utilizar um leitor de telas, que é um software inteligente que dá essa possibilidade. O texto é digitalizado e o software ler para a pessoa. E assim vamos oferecendo outras oficinas, de como utilizar a biblioteca, como entrar no site e ter acesso aos periódicos, como fazer uma pesquisa bibliográfica de produções textuais dentro de determinadas áreas, e isso estamos fazendo sistematicamente. Abrimos para outros alunos também, principalmente para os bolsistas que trabalham conosco e que alguns deles não tem nenhuma deficiência, e eles passam a ser também promotores de outros eventos, e é uma coisa que vai se multiplicando.

9. O surdo tem alguma forma de ingresso especial na UFC ou é via Sistema de Seleção Unificada (SISU)?

Via SISU. Todos eles com deficiência, cegos, surdos e outros. Agora para esse curso de Letras/LIBRAS, existe um decreto nº 5626 de 2005, que aponta pra essa indicação que o curso seja prioritariamente para surdos. Então nessa entrada agora de alunos surdos, a Pró-Reitoria de Graduação promoveu/garantiu 10 vagas para os alunos surdos que fizeram o SISU, foram classificados, mas não atingiram a média, então abriram-se 10 vagas, eram 30 vagas no total e o curso ficou com 40 vagas para garantir esse decreto e o que diz nele.

10. Existe alguma campanha para atrair esse público para a UFC? Qual?

Não tem nenhuma campanha assim intencional. Uma coisa que participamos é da Feira das Profissões. Nessa feira estamos lá com stands da Secretaria de Acessibilidade e lá oferecemos mini oficinas de LIBRAS e de braille e a cartilha de

acessibilidade. Os alunos chegam, visitam a feira e isso é um grande chamamento para a universidade. E nessa feira os bolsistas participam também, temos bolsistas com deficiência também. Sendo 2 deles cegos, 1 cadeirante e outro com deficiência física bem grave. Então eles vão para a feira e estão presentes lá e isso faz com que os alunos vejam que eles podem e se interessam pela universidade. Os bolsistas fazem cartazes e ficam passeando pela feira divulgando o que a UFC oferece, quais os serviços nessa questão da acessibilidade.

11. Existe alguma ação de estímulo para combater a evasão do aluno surdo na UFC?

Do aluno surdo não temos ainda não, vamos ter agora a partir de agosto, mas para os demais nós temos sim. Oferecemos serviços de digitalização para cegos e bolsistas para acompanhá-los, por exemplo. Damos um suporte para os alunos que chegam aqui na secretaria, dando assistência. E isso é um mecanismo de minimizar, de evitar essa evasão.

12. Como é feito o acompanhamento geral hoje na UFC?

Não temos uma ação maior no sentido de acompanhar todos, porque temos uma dificuldade muito grande que até pra cadastrar não é fácil. Nós fizemos um sistema de cadastramento no ato da matrícula, e lá abre uma janelinha perguntando se o aluno tem alguma condição de deficiência e pede para clicar e ele dar as informações, só que alguns deles não se cadastram, ou por não quererem se identificar ou por acharem que não precisam, não sabemos as razões deles. Então os que chegam na secretaria descobrem que podem ser ajudados e que tem suporte aqui para eles e começam a falar uns com os outros e se ajudam. Assim, nosso acompanhamento é mais para àqueles que estão vindo à Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui.

5.3.1 Análise da entrevista

Na entrevista feita à diretora da Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui, foi abordado o tema a respeito da acessibilidade dos surdos à UFC e buscou achar respostas para as questões levantadas no questionário aplicado. Essas questões foram voltadas para os surdos e ampliou-se para às pessoas com deficiência de uma forma geral, no sentido de saber como se dá o ingresso desse público à UFC, quais as políticas e ações da universidade relacionadas ao tema, os desafios enfrentados para incluir essas pessoas na Universidade, e os respaldos, em termos legais, que tem esse assunto, entre outros.

Assim, de acordo com os dados coletados, percebe-se que a questão do acesso de alunos surdos à Universidade é algo que ainda está para ser implementado, pois só a partir do segundo semestre de 2013 é que 10 alunos surdos farão parte da UFC nos cursos de Licenciatura Letras/Libras e Letras/Libras/Língua Portuguesa, um curso bilíngue tanto para

surdos como para ouvintes, onde estes ingressarão através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é um sistema desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Esse curso de Licenciatura Letras/Libras e Letras/Libras/Língua Portuguesa tem respaldo no decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, no qual insere a LIBRAS como disciplina curricular obrigatória na educação de alunos surdos, como também nos cursos de formação de professores. Assim, o processo de inclusão da LIBRAS como disciplina curricular deve ter início nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, além de ter que ser ampliada progressivamente para as demais licenciaturas (BRASIL, 2005).

Atualmente, só existe o registro de apenas 3 alunos com deficiência auditiva na UFC, ou seja, que nem tem surdez propriamente dita. Estes nunca procuraram a Secretaria para pedir qualquer tipo de suporte, seja no sentido pedagógico, atitudinal, tecnológico ou mesmo arquitetônico. Sendo assim, a questão da acessibilidade é recente, e só de uns anos pra cá é que foram sendo criadas leis para amparar e assegurar os direitos dessas pessoas na sociedade.

As ações que a secretaria de acessibilidade oferece para as pessoas com deficiência, sejam eles alunos, servidores ou técnico-administrativos são das mais diversas. Estas ações vão desde a promoção de eventos para a divulgação do trabalho que a Secretaria faz para a comunidade acadêmica, no sentido de fazer com que esta se interesse pelo assunto da acessibilidade estimulando o desenvolvimento inclusivo na UFC, como também oferecendo serviços voltados para a integração de pessoas surdas, cegas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade na instituição. Um exemplo dessas ações oferecidas pela Secretaria tem-se no fator tecnológico, onde ela está de parabéns quanto ao suporte que é dado para os deficientes visuais, com softwares inteligentes e adaptado para fazer a leitura de telas com sonorização para beneficiar este público que necessita ficar atualizado tanto quanto qualquer outra pessoa que não possui nenhum tipo de deficiência. Estes leitores de tela são softwares que ajudam pessoas com deficiência visual a manusear independentemente um computador através de meios sonoros sintetizando a fala humana.

Uma dica interessante para a Secretaria quanto à questão dos surdos e deficientes auditivos na comunidade acadêmica, seria adaptar o serviço de um software inteligente nas salas de aula, como o programa “Mãos que Falam” que transforma textos, imagens e arquivos de áudio em LIBRAS, onde assim iria beneficiar os surdos a interagirem com os ouvintes e aprender a Língua Portuguesa de uma forma mais fácil. Outra dica seria colocar avisos de

notícias importantes adaptadas na língua de sinais, nas paredes por toda a universidade, como em cantinas, coordenações, xerox etc, com imagens e sinalizações visuais, na tentativa de deixar este público mais incluído no meio acadêmico, combatendo a evasão dos mesmos e despertando a curiosidade por parte de outros alunos a conhecer a LIBRAS e ampliando essa ideia da língua de sinais.

Na entrevista também foi levantada a questão sobre os diversos desafios que a UFC enfrenta no dia-a-dia na Instituição. E um dos principais desafios citados está relacionado com o fato da questão atitudinal, onde vários professores não sabem lidar com os alunos com deficiência, sendo por falta de interesse ou mesmo por falta de informação. E isso vem a dificultar a interação do aluno com o professor, causando desinteresse e vontade de trancar a disciplina por parte do aluno, como também a desestimular o professor a ministrar a aula. Entretanto, nesse tipo de impasse, quando um dos dois procura a secretaria para explicar a situação, esta dá meios de solucionar o problema para que o aluno não queira sair da Universidade, e dá conselhos para que o professor encontre outro tipo de metodologia alternativa para ensiná-lo. Assim, quanto a acessibilidade atitudinal, é preciso que não só alunos, professores ou técnico-administrativos, mas em todos os segmentos da universidade, que estes se sensibilizem com este assunto e busque informações a respeito das pessoas com deficiência, de como tratá-las e saber que elas são tão capazes quanto qualquer outra que não possua nenhum tipo de deficiência. E nesse caso, a inclusão social e compreensão dos fatos é a melhor forma de começar essa questão.

Ainda analisando a entrevista percebe-se que quanto ao fator pedagógico, este precisa que a secretaria de acessibilidade saiba, primeiramente, identificar os alunos que possam a vir precisar de algum suporte de acessibilidade e busque resoluções antes mesmo que as dificuldades apareçam, tratando de prevenir uma situação negativa tanto para o aluno quanto para o professor antes mesmo que ocorra o fato. Desta forma, a Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui estaria um passo a frente na questão de resolução de problemas e não só apenas esperando as pessoas que fazem parte da UFC como professores, alunos, técnicos, etc, se manifestarem em busca de soluções.

A Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui está planejando juntamente com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFC, promover um curso em LIBRAS no sentido de oferecer módulos de capacitação em acessibilidade voltados para beneficiar também outros segmentos dentro da faculdade e não só alunos, servidores, professores ou técnico-administrativos, mas também porteiros, vigias, pessoal do serviço de limpeza, entre outros, criando um ambiente inclusivo na Universidade.

Portanto, a UFC tem ainda um longo caminho a percorrer quanto a questão da acessibilidade e esta deve buscar o quanto antes um meio de ampliar o seu campo de inclusão interno e externo voltado para as pessoas com deficiência em sua instituição, e melhorando no atendimento de seus serviços institucionais de ensino superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos com esta pesquisa, tanto nas visitas feitas aos blocos didáticos da FEAAC para registro fotográfico das edificações, como através da entrevista feita com a representante da Secretaria de Acessibilidade da UFC Inlui e também da observação feita a Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC, conclui-se através do estudo de caso que a Universidade Federal do Ceará (UFC) ainda tem que melhorar bastante quanto a questão da acessibilidade, em todos os sentidos, seja na parte atitudinal, pedagógica, tecnológica e principalmente na parte físico-arquitetônica, pois apesar de existirem políticas e ações voltadas para este assunto na instituição, estas são recentes e precisam de um cuidado maior voltado para essa questão da inclusão de pessoas com deficiência, no sentido geral, e que as normas técnicas de acessibilidade sejam respeitadas pela Universidade.

E conforme as diretrizes da NBR 9050/2004 e do decreto nº 5296/2004, ambos em relação à acessibilidade, comprova-se através do estudo observacional, que apesar das reformas realizadas nos blocos didáticos I e II da FEAAC, estes se encontram com muitas irregularidades em suas edificações. Já quanto ao novo prédio de graduação da FEAAC, o Bloco Didático III, este se faz de acordo com as normas técnicas exigidas na lei, apenas na época de sua construção deveriam ter tido o cuidado de se fazer mais banheiros acessíveis em cada pavimentação, no mínimo 1 para cada sexo, e este tem apenas 1 para ambos os sexos em cada andar. E também ter mais acessibilidade para as pessoas com deficiência no caso de saídas de emergências em todos os andares, pois num incêndio, por exemplo, os elevadores não iriam funcionar e estas pessoas teriam que arriscar suas vidas nas escadas de emergências próprias para pessoas que não possui deficiência.

Quanto à questão dos objetivos gerais, que era identificar a acessibilidade dos estudantes surdos à UFC e verificar se os prédios da FEAAC promove a acessibilidade às pessoas com deficiência de uma forma geral, estes foram atingidos com esse estudo de caso, pois através do estudo observacional dessas edificações e juntamente com uma entrevista feita à Secretaria de Acessibilidade da UFC, responsável pela questão da inclusão de pessoas com deficiência à Universidade, os objetivos foram alcançados.

Quanto aos objetivos específicos, que foi verificar sobre a questão dos intérpretes de LIBRAS na UFC, como também identificar as ações desenvolvidas pela Universidade para promover a acessibilidade dos estudantes surdos, e saber como ela prepara seus funcionários para atendê-los, verificando a existência ou não de barreiras arquitetônicas nos blocos didáticos da FEAAC, estes também foram alcançados com o presente estudo de caso.

Sendo assim, entende-se que mais importante do que ter leis referente à acessibilidade é respeitá-las e conscientizar-se que a utilização das edificações públicas e de uso coletivo tem que ser totalmente acessível a todos. E a partir do estudo de caso sobre o acesso dos surdos à UFC e também no estudo observacional realizado nos blocos didáticos da FEAAC e na Semana de Inclusão e Acessibilidade promovida pela Universidade, conclui-se que a Universidade tem ainda um longo caminho para promover o total acesso às pessoas com deficiência no sentido geral. Logo se faz fundamental a ação conjunta do estado nestas instituições públicas, fiscalizando, garantindo e promovendo à acessibilidade a todos que apresentam algum tipo de dificuldade, demonstrando a importância da conscientização a respeito da acessibilidade em nosso país.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro; ABNT, 2004.

Acessibilidade Brasil. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=933>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/A>>. Acesso em 19/04/20013.

AMENGUAL, Clotilde (1994). "Barreiras arquitetônicas". Inc: **Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico**. (Rio de Janeiro:1994). Anais do VI SIANF. Brasília: CORDE, 1994.

ANDRADE, M. S. A. **Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior**. 2007. Artigo eletrônico. Disponível em: <http://www.fasb.edu.br/revista/index/php/conquer.article/view/pdfinterstitial277/0>. Acesso em: 28 jun 2013.

ARANHA, M.S.F. (1995). **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas de Psicologia, 2, p. 63-70.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos - NBR9050/94**. Rio de Janeiro ABNT/ Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, 1994.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº. 5.626, de 22 de novembro de 2000. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de dezembro, 2005.

BRASIL. Lei nº. 10.048, de 8 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 de dezembro, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2000. p. 2.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 set. 2010.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1991.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: A sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

Carmo, H. & Ferreira, M.M. **Metodologia da investigação: Guia para Auto-aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta. 1998.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Novo dicionário-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas**. São Paulo, SP: EDUSP, 2009. v. 2. Disponível em: <http://www.maua.br/cursosgraduacao/engenhariaproducao/disciplina/id/2073/p/3#sthash.TtvzSNVu.dpuf>. Acesso em 01 jul 2013.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de,.: **A Inserção de Pessoas com Deficiência em Empresas Brasileiras – Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho**. 2007. 30p. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO R. E. **Inclusão escolar: desafios**. 1998, Disponível em <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/rosita.pdf>. Acesso em 21 mar. 2013.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. **Dictionare de l’urbanisme et de l’aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P.S. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: Uma abordagem para professores de 1º e 2 graus**. Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.

CONADE. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CONADE/>. Acesso em: 20 mar. de 2013.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>. Acesso 19 mar. De 2013.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 2003.

COX JR, Taylor. **A diversidade cultural nas organizações: teoria, pesquisa e prática**. San Francisco: Berrett Koehler. 1993.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DICIONÁRIO LIBRAS. Disponível em: <<http://www.dicionarioliberal.com.br>>. Acesso em 27 out. de 2012.

DAVIS H, Silverman SR. **Auditory Test Hearing Aids.** Em: Davis H, Silvermann SR, editores. Holt: Rinehart and Winston Hearing and Deafness; 1970.

DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, Cognição Visual e Libras.** Estabelecendo Novos Diálogos: Luiz Albérico Falcão Editora: Luiz Albérico Data: 2010.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social.** Rio de Janeiro: Descubra, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 3.ed. rev. E atual. São Paulo: Fundação Nowill para Cegos, 2008.

FIGUEIRA, Emílio, 2008. **“Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil”.** São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FLEURY, Maria Tereza. **Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras.** RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 40, nº 3 p.18-25, 2000.

FREITAS, Ernani Cesar de.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GIORDANO, B. W. **Deficiência e trabalho: analisando suas representações.** São Paulo: Annablume/Fapesp, p. 41, 2000.

GLAT, R. **Refletindo sobre o papel do psicólogo no atendimento ao deficiente mental: além do diagnóstico.** Revista de Psicologia Social e Institucional. v. 1, n. 1, UEL, jan/1998.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho. A pessoa com deficiência e sua relação com a história humanidade.** Florianópolis: Obra Jurídica 2007.

GUIMARÃES, Marcelo. **Acessibilidade ambiental para todos na escala qualitativa da cidade.** In: TOPOS - Revista de Arquitetura e Urbanismo. v.1, nº 1, Belo Horizonte: NPGAU, 1999.

HICKOK, Gregory; BELLUGI, Úrsula; KLIMA, Edward. **A língua de sinais no cérebro.** Revista Científica American Brasil, Edição especial, Portugal, n. 4, 1998.

HANSON, S. (1995). **Getting there: urban transportation in context.** In Hanson, S. Ed. The geography of urban transportation. New York/London, The Guilford Press, 1995.

HOUAISS, Antônio; **Minidicionário Houaiss de língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2002. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: URL: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 27/03/2013.

JUNG, C. F. **Metodologia Científica: Ênfase em pesquisa Tecnológica**. Disponível em www.jung.pro.br. Acesso em 10/07/2013.

LAMÔNICA, D. A. C et al. **Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru**. Rev. Bras. Educ. Espec. v.14, n.2, p. 177-188, 2008.

LIMA, K. A.; COSTA, F. N. A. Educação em saúde e pesquisa qualitativa: relações possíveis. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 33-38, 2005. Disponível em: <<http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/97/110>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

LIMA, Luiz Henrique. **Acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências: requisito da legalidade, legitimidade e economicidade das edificações públicas**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1233, 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9167>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

LYNCH, Kevin (1981). **A boa Forma da Cidade**. MIT. Edições 70. Lisboa. p. 440.

MANZINI, E. J. **Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas**. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina, p.185-192, 2003. (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINEZ, M. A. N. S. **Função auditiva e paralisia cerebral**. In: Limongi SCO. Paralisia cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição: (pontos de vista e abrangência). São Paulo: Pró-Fono; 2000. p. 143-165.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.

MAZZOTTA, M. J. S. (1995). **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. "**LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)" (Verbete)** . Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. t. 3, p. 2349-2350.

NKOMO, S. M.; COX, T. **Diversidade e Identidade nas Organizações**. In: CLEGG, S.R. et Al. Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p.334.

NICHOLL, A. R. J. **O Ambiente que Promove a Inclusão: Conceitos de Acessibilidade e Usabilidade**. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v3, n. 2, 2001.

OLIVEIRA, P. M. T. (2007). **História de Educação dos Surdos no Brasil**. Site: <http://www.jons.com.br/>. Site acessado em 15/04/2013.

OLIVEIRA, E.; SOUZA, M. L. **Multiculturalismo, diversidade cultural e direito coletivo na ordem contemporânea**. 2011. Tese (Mestrado em Administração) – Faculdade Integrada do Brasil. 2011.

OMOTE, Sadao. **Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido**. Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: UNIMED, N° 2, vol.I, 1994.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia e teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PEREIRA, M.C.C.; VIEIRA, M.I.S. **Português: uma segunda língua para Surdos**. Trabalho apresentado no II Fórum Clínico. DERDIC-PUC/SP, 2006.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Edusp, 1984.

PRADO, Adriana de Almeida. **Acessibilidade e desenho industrial**. In: 3º CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA – GERP, 2003, Santos. Anais. Disponível em: <http://direitodoidoso.braslink.com/pdf/acessibilidade.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2004.

ROSS, J. R. Marion, P. DOWNS. **A New Era for the Identification and Treatment of Children with Auditory Disorder**, 2000.

REDONDO, M.C.F.; CARVALHO, J.M. **Deficiência Auditiva** – Cadernos da TV Escola. Brasília (DF): Ministério da Educação à Distância, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em abr, 2013.

RIBAS, João Baptista Cintra. **As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira**. Brasília, DF: CORDE, 1997.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

- SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da Diversidade no Brasil: Apresentação de um modelo brasileiro**. 2005. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.
- SANTOS, L.H.M.; DIAS, M.G.B.B. **Compreensão de textos em adolescentes surdos**. Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 14, n. 3, p.241-249, mar, 1999.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia**. São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2003.
- SASSAKI, R. K. (1999). **Inclusão no trabalho**. Seminário Internacional da Sociedade Inclusiva, 1. Belo Horizonte: PUC Minas. Acesso em 29 jun, 2013. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaisem1.php>.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr., p. 10-16. 2009.
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em 19/04/2013.
- SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em 19/04/2013.
- SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, 2000.
- SILVA, Eliane M. da. **Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a Educação para a Cidadania**. Revista de Estudos da Religião, n. 2, p. 1-14, 2004.
- SILVA, O. M. (1987). **A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas.
- Site com Acessibilidade**. Disponível em:<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/acessibilidade>>. Acesso em 12 nov. 2012.
- SOUSA, A.V. **Aplicação das normas de acessibilidade voltada para deficiências de locomoção na biblioteca central julieta carteador**. 2010. 72p. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Departamento de Tecnologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2010.
- STRAUSS, A., CORBIN, J., 1998. **Fundamentos da Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Grounded Theory**. 2 ed. Londres, SAGE Publications.
- SUZANO, J. C. C. (2011). **Concepções de deficiência e percepção por tipo de deficiência: a perspectiva dos gestores**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2011.

THOMAS, JR. (1991). Além da raça e gênero: **desencadeando o poder de sua força de trabalho total em gestão da diversidade**. New York: Amacom, 1991.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2005.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS.
BACHARELADO SECRETARIADO EXECUTIVO**

**MONOGRAFIA “ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES SURDOS À
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UM ESTUDO DE CASO”
ALUNA: JANE MIQUELINE MAGALHÃES VIEIRA**

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

- 1 A Universidade Federal do Ceará (UFC) possui uma política própria oficializada de inclusão de grupos sociais, deficientes e surdos (alunos)?
- 2 Quais ações são desenvolvidas atualmente para a inclusão de alunos surdos na UFC?
- 3 Em quais setores a UFC possui intérpretes de LIBRAS? Possui professores? Possui servidores técnico-administrativos?
- 4 Existe alguma campanha motivacional interna/externa voltada para a aceitabilidade do surdo por parte da comunidade acadêmica?
- 5 Quais são os principais desafios enfrentados pela UFC na promoção da inclusão?
- 6 A UFC promove alguma capacitação para os professores, para que possam atender um aluno surdo?
- 7 A UFC promove alguma capacitação para os servidores?
- 8 A UFC promove alguma capacitação para os alunos que possuem deficiência?
- 9 O surdo tem alguma forma de ingresso especial na UFC ou é via SISU?
- 10 Existe alguma campanha para atrair esse público para a UFC? Qual?
- 11 Existe alguma ação de estímulo para combater a evasão do aluno surdo na UFC?
- 12 Como é feito o acompanhamento geral hoje na UFC?